

PDI | Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2014 - 2018



**INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2014-2018

CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

São Gabriel da Cachoeira, 12 de março de 2014.

ELIAS BRASILINO DE SOUZA
**Diretor Geral do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* São Gabriel da
Cachoeira**

KÁTIA MACHADO
Diretora de Administração e Planejamento

RÚBIO THALLES ANDRADE DE MOURA
Diretor de Desenvolvimento Educacional

Comissão Local do PDI

Organização e Sistematização no Campus

LEONAM MATOS CORREIA LIMA
Presidente da Comissão

JACIRENE MARIA GADELHA DOS ANJOS
Membro representante do corpo técnico

CLEONI VIRGINIO DA SILVEIRA
Membro representante do corpo docente

SILVÉRIO LIBERATO CARDOSO GARRIDO JÚNIOR
Membro representante do corpo discente

JOSÉ HAROLDO SOUZA
TERESA GAMA
MÁRCIO A. LOURENÇO MOTA
Grupo temático 1

JOÃO BATISTA FERREIRA SOUZA DA SILVA
ELENISSE CAMACHO MEDEROS TORRES
BRUNO CASTRO GUIMARÃES
Grupo temático 2

JOSCIVAL VASCONCELOS REIS
FRANCINETE SOARES MARTINS
RUY MELGUEIRO
Grupo temático 3

MARIA ZELINDA LIMA
ELIAS BRASILINO DE SOUZA
RAIMUNDO SANTARÉM DOS SANTOS
Grupo temático 4

SÁVIO MELGUEIRO
RÚBIO THALLES ANDRADE DE MOURA
LEONAM MATOS CORREIA LIMA
Grupo temático 5

MANOEL FERREIRA FALCÃO
ANDREA ALVES LUSTOSA
Grupo temático 6

MIRIAM DE PAULA BRITO
TIAGO FRANCISCO DIOCESANO
ANA RAQUEL SUELLEN CORREA
Grupo temático 7

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL
 - 1.1. Histórico
 - 1.2. Missão
 - 1.3. Visão
 - 1.4. Valores
 - 1.5. Objetivos e Metas
 - 1.5.1. Objetivos
 - 1.5.2. Metas
 - 1.6. Finalidades
 - 1.7. Cursos e vagas ofertadas atualmente
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
 - 2.1. Organograma
 - 2.2. Órgão colegiado
 - 2.2.1. Comitê Técnico Científico
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
 - 3.1. Inserção regional
 - 3.2. Princípios filosóficos e técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição
4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA
 - 4.1. Cronograma de Implantação de Cursos
5. PERFIL DO CORPO DOCENTE
 - 5.1. Composição do quadro de docentes efetivo
 - 5.2. Composição do quadro de docentes substitutos
 - 5.3. Situação atual do quadro docente
 - 5.4. Composição do Quadro Técnico Administrativo
 - 5.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente
 - 5.6. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico Administrativo
 - 5.7. Plano de carreira
 - 5.8. Critérios de seleção e contratação
 - 5.9. Procedimentos para substituição
6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE
 - 6.1. Perfil discente
 - 6.2. Atividades de apoio pedagógico
 - 6.3. Programas de apoio financeiro (bolsas)
 - 6.4. Estímulo à permanência
 - 6.5. Organização Estudantil
 - 6.6. Ações de acompanhamento dos egressos
7. INFRAESTRUTURA
 - 7.1. Relação de infraestrutura física
 - 7.2. Laboratório de química
 - 7.3. Laboratório de biologia
 - 7.4. Laboratório de piscicultura
 - 7.5. Laboratório de informática
 - 7.6. Sala de multimídia
 - 7.7. Cronograma de expansão da estrutura física

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
 - 8.1. Etapas do processo de auto-avaliação.
 - 8.2. Dimensões a serem avaliadas.
9. ASPECTOS FINANCEIROS
 - 9.1. Demonstrativo anual do planejamento econômico financeiro do campus
10. ANEXO
 - Anexo 1 - Cozinha Experimental de Processamento de Pescado
 - Anexo 2 - Piscina Semi-olímpica
 - Anexo 3 - Palhoça: ambiente integrativo de servidores
 - Anexo 4 - Horto Medicinal
 - Anexo 5 - Ginásio Poliesportivo

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Histórico¹

Por volta do ano de 1986 quando iniciaram as discussões em torno da implantação de uma unidade escolar vinculada ao MEC em São Gabriel da Cachoeira, o movimento indígena ainda estava se organizando, de forma que as decisões acerca do local, objetivos da escola e público prioritário a ser atendido foram temas não abordados de maneira estratégica, recaindo então essas decisões aos políticos locais. Neste mesmo período, em 1988, através do Convênio nº 041, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo nº 23034.001074/88-41, iniciaram-se as obras para construção de uma Escola Agrotécnica no município de São Gabriel da Cachoeira, na época denominada “ESCOLA AGROTÉCNICA MARLY SARNEY”.

Dessa forma instituída, a Escola Agrotécnica pousa na região trazendo na bagagem todo um pacote tecnológico difundido pelo MEC nos mesmos moldes aplicados, por exemplo, na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, contextualizado no modelo convencional, com um currículo voltado para criação de grandes animais, agricultura focada na industrialização preconizando o uso de técnicas e insumos industrializados, bem como sementes híbridas e variedades de plantas selecionadas com vistas ao alto rendimento estabelecido pelo agronegócio.

No período compreendido entre 1988 e 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósitos da Secretaria de Obras da Prefeitura. Neste período houve uma grande deterioração das edificações, devido principalmente ao seu baixo padrão de construção, bem como a falta de conservação das mesmas, além das constantes investidas de saqueadores. É relevante destacar que em 1992 os técnicos da então Delegacia do MEC no Amazonas realizaram uma visita de avaliação na escola e registraram fatos como a disposição das edificações com grandes distâncias entre elas, fator este prejudicial, por exemplo, a integração entre o corpo de servidores e os alunos, destacando ainda a má qualidade do acabamento das instalações, o baixo padrão de construção e deterioração, apresentada pouco tempo depois de

¹ Conforme Projeto Político Pedagógico - IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira.

concluída a obra. Seguindo nas observações os técnicos destacaram as características do solo no interior da escola, a princípio impróprios ao desenvolvimento de agricultura.

Com o ato de criação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAFSGC), a partir da publicação da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 1993, a escola teve sua primeira Diretoria Pró-tempore e neste mesmo ano foi transformada em autarquia através da Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993. No ano de 1994 foram realizados dois concursos públicos para o provimento de vagas para docentes e para técnicos administrativos nos níveis de apoio, médio e superior, de acordo com Portaria MEC nº 1.191 de 17 de setembro de 1993. Os profissionais contratados para atuar na escola foram preparados e concursados para atuar no modelo convencional de Agropecuária.

Em 1995, houve o ingresso da primeira turma de alunos no curso Técnico em Agropecuária com currículo preconizando a formação técnica centrado nas distorções de profissionalização da antiga LDB. A partir de 1999, após a implantação da reforma do ensino profissionalizante alcançada pelos artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96 e regulamentada pelo Decreto 2.208/97, que estabeleceu uma “organização curricular para a Educação Profissional de nível médio de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica à educação básica e apontando a necessidade de definição de diretrizes curriculares com o objetivo de adaptá-las às tendências mais recentes do mercado de trabalho”, a EAFSGC passou a oferecer a Educação Profissional de nível médio, seguindo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional com seus cursos situados na área de Agropecuária, com as habilitações de Agricultura, Zootecnia e Recursos Pesqueiros.

As mudanças implementadas com o Decreto 2.208/97, separando o ensino médio do ensino profissionalizante, com a criação e extinção de cursos técnicos orientados pela demanda do mercado de trabalho, foi extremamente danosa para a EAFSGC pelo fato da economia local ser voltada para o comércio e serviços, não apresentando nenhuma vocação para explorações agrícolas empresariais. Com as duas modalidades de ensino separadas, os alunos preteriam os cursos técnicos em favor do ensino médio, ocasionando o esvaziamento das turmas, decretando a

quase falência do ensino profissionalizante, fato agravado ainda mais com a falta de perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho inexistente no município.

A partir de 1987 o Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) vem assessorando no processo de demarcação e consolidação das terras indígenas e mais recentemente a partir de 1995 se inicia um processo de questionamentos sobre a forma de atuação e o papel da EAFSGC no novo contexto territorial da região, que tem agora a necessidade das organizações indígenas legalmente constituídas de buscarem formas de gestão de suas terras demarcadas com a identificação de potencialidades econômicas. Seguindo essa dinâmica, o ISA inicia a implantação de projetos-pilotos com escolas indígenas diferenciadas, com o objetivo de propor um modelo de educação escolar compatível com a realidade socioambiental do alto Rio Negro.

Em 1998, em meio a toda transformação da Educação Profissional no país a EAFSGC recorre ao ISA e a FOIRN buscando subsídios para a formulação dos planos de cursos para atender a demanda das mudanças provindas com a nova LDB e particularmente com o Decreto 2.208/97. Nessa época, após palestras ministradas por representantes do Instituto Socioambiental, é emitido o primeiro documento reivindicando uma reestruturação da EAFSGC contendo recomendações sobre os eixos temáticos prioritários a serem abordados pela escola. Tais recomendações - por falta de disposição ou até mesmo por falta de compreensão dos dirigentes da escola em relação ao contexto no qual a escola estava inserida e da transformação geopolítica regional ocorrida na época - não foram traduzidas em favor das transformações conceituais e estruturais que a escola necessitava.

Posteriormente, com as sucessivas crises institucionais pela qual passou, a EAFSGC entrou em completo declínio traduzido no alto índice de evasão, baixa procura pelos cursos e falta de credibilidade perante a comunidade local, como também junto ao MEC que visualizava esta unidade como uma das mais problemáticas da Rede Federal até então administrada por Diretores Pro-tempore, todos pertencentes ao quadro da EAF de Manaus. Mesmo com a realização de eleições para escolha do Diretor Geral ocorrida em maio de 1999, a crise institucional intensificou seguindo até fevereiro de 2002 quando o então eleito Diretor

foi destituído do cargo antes do término de seu mandato e demitido do Serviço Público Federal pelo Ministro da Educação.

Em agosto de 2003, a FOIRN realizou um Seminário com o lançamento do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS) e nesse mesmo período a EAFSGC realizou o I Seminário de Educação Profissional do Alto Rio Negro, com o objetivo de articular as ações da escola com outras políticas públicas, visando o desenvolvimento sustentável para a região do Alto Rio Negro, bem como a obtenção de subsídios para a construção de uma Proposta Político-Pedagógica da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.

A partir destes eventos a Direção da Escola se comprometeu em balizar as ações institucionais viabilizando as adequações curriculares, o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para as demandas das comunidades indígenas, bem como a intensificação da presença institucional nas terras indígenas, com o intuito de fomentar e promover o ensino voltado para as potencialidades econômicas locais, tendo como base teórica o documento final do PRDIS onde consta um capítulo exclusivo sobre a educação profissional e em particular à EAFSGC.

Com a transformação ocorrida em 1993 onde todas as Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil saíram da Administração Direta e passaram a ter personalidade jurídica de autarquias, neste particular transferiu-se também toda a responsabilidade dos problemas até então existentes, assim como outros que ainda estavam por vir, para os Diretores que se sucederam nas gestões da escola. Dessa forma, sem a participação do MEC na formatação pedagógica da escola, tendo a mesma nascida em meio a uma total transformação das diretrizes educacionais do país, resultou na frustração da expectativa da comunidade local.

Durante a fase mais crítica da instituição o MEC providenciou uma equipe para conduzir a Revitalização da EAFSGC, trabalho desastroso que não logrou êxito por tentar irresponsavelmente a realização de um processo verticalizado sem a participação da comunidade escolar.

Em abril de 2005 seguindo ao disposto no item 15 do Termo de Compromisso assinado durante o I Seminário Interinstitucional “Construindo a educação indígena na região do rio Negro” promovido pela FOIRN/ISA ocorrido em fevereiro deste

mesmo ano, a EAFSGC realiza um seminário público com a presença da SETEC, FOIRN, ISA, FUNAI para apresentar e debater sobre a situação atual e o funcionamento da escola e por fim tirar diretrizes para sua reorientação. Neste seminário foi produzido um termo de compromisso assinado pelas instituições presentes, com o objetivo de contribuir para o processo de reorientação da EAFSGC onde estava prevista a formação de um Conselho Político Pedagógico, com membros da EAFSGC, FOIRN, FUNAI, alunos e egressos, com o propósito de discutir e elaborar o documento base da Proposta Político Pedagógica da então EAFSGC.

Em toda a trajetória da então EAFSGC, sempre ficou evidenciado uma predisposição dos servidores em “proteger” a instituição contra o domínio do movimento indígena, resistência que vem sendo vencida com a intensificação da discussão e abertura para que as organizações indígenas, representadas pela FOIRN possam expor suas aspirações em relação à escola e contribuir efetivamente na construção de seu Projeto Político Pedagógico. O movimento indígena entendia que o MEC diretamente pudesse intervir na condução da escola, tanto que em documentos solicitaram a reestruturação/refundação da EAFSGC.

Atualmente, há o entendimento de que o processo deve ocorrer num diálogo intercultural, tendo como principais parceiros a comunidade escolar da instituição e o movimento indígena organizado, representado pela FOIRN, tendo ainda o apoio das instituições atuantes na região, além da força política, através de emendas parlamentares, que tem financiado várias ações da instituição, todas elas para o desenvolvimento da região do rio Negro. No atual momento percebe-se também maior disposição da SETEC em apoiar os projetos de construção de novas propostas para a região.

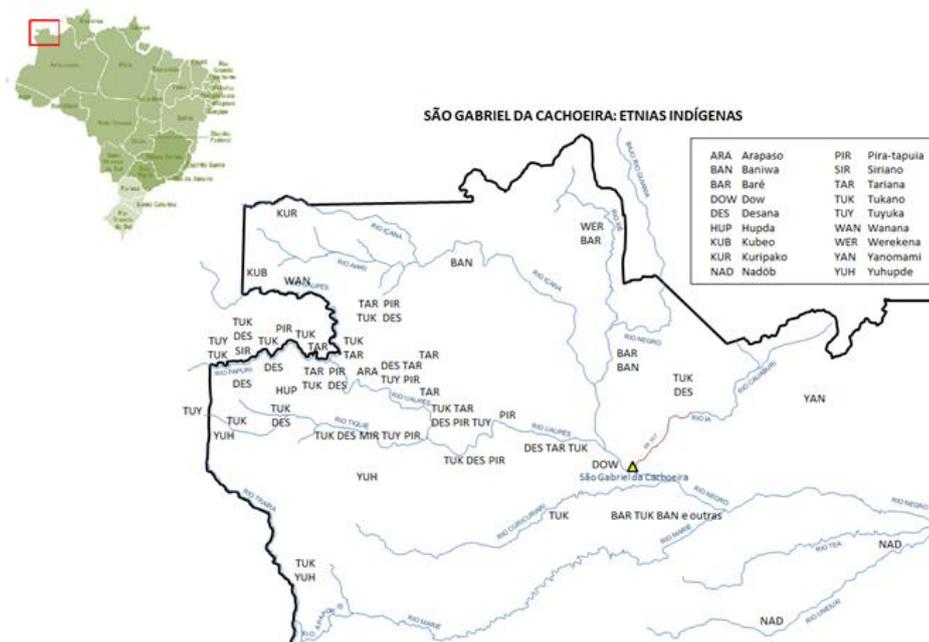


Ilustração 1 – Região da Cabeça do Cachorro: São Gabriel da Cachoeira/AM.

1.2. Missão

Formar profissionais das comunidades do Rio Negro através do ensino, pesquisa e extensão, com interculturalidade e qualidade.

1.3. Visão

Ser referência na formação intercultural, profissional e tecnológica na região do Rio Negro.

1.4. Valores

Ética, cidadania, humanização, qualidade e responsabilidade.

1.5. Objetivos e Metas

1.5.1. Objetivos²

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

² Conforme Artigo 7º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5.2. Metas

I. Valorização do Ensino

a) Implantar, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento com recursos orçamentários e extras orçamentários, programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM visando o acesso, permanência e a conclusão de curso pelos estudantes;

b) Implantar programa de melhoria da qualidade do ensino a partir de indicadores empregados para avaliar o ensino profissional técnico de nível médio e o ensino superior;

c) Valorizar a prática docente através de capacitação, certificação de atividades, horizontalização dos ambientes de convivência e acessória pedagógica;

d) Incentivar a participação em programas de desenvolvimento técnico-científico, tais como: Programa Especial de Treinamento (PET), Programa de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e outros com o mesmo propósito;

II - Assistência Estudantil

a) Atuar de forma integrada com os serviços de apoio acadêmico (Serviço Social, Psicólogos, Pedagogos, Médicos e Dentistas) para realização de palestras, seminários e workshops abordando temas relacionados: juventude, ética, saúde, educação e cidadania, divulgação dos direitos e deveres dos estudantes definidos pelo regime disciplinar;

b) Discutir com os campi programas voltados para o tema moradia, alimentação, transporte e saúde de estudantes oriundos de outros municípios;

c) Construir modelo de monitoria para atender as especificidades acadêmicas dos campi do IFAM;

d) Promover palestras de orientação profissional para os vários níveis de ensino;

III - Inclusão Social

a) Implantar programa de acesso ao ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior de Pessoas com Deficiências numa perspectiva de Inclusão Social;

b) Adotar o ENEM para o acesso aos cursos superiores;

c) Participar de programas que visam o desenvolvimento de ações voltadas as Pessoas com Deficiência, tal como o Programa Incluir;

IV - Ampliação do Ensino

a) Ofertar curso de licenciatura para professores da rede pública de ensino para atender o Plano de Ações Articuladas nas formatações: 1ª licenciatura, 2ª licenciatura e complementação pedagógica;

b) Implantar cursos de nível superior observando as especificidades locais;

c) Desenvolver ação acadêmica para garantir os percentuais de vagas a serem oferecidas pelo IFAM conforme art. 8º da Lei 11.892 de 29.12.2008: o mínimo de 50% das vagas para o ensino profissional técnico de nível médio, o mínimo de 20% para cursos de licenciaturas e no máximo 30% para cursos de bacharelados e engenharias;

V - Programas de Educação à Distância EaD/UAB

a) Implantar a modalidade de Educação à Distância (EaD) como atividade regular do ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior;

b) Participar das políticas voltadas para a Universidade Aberta (UAB) na forma de projetos voltados ao modelo de Educação Profissional e Tecnológica;

VI - Mobilidade Acadêmica

a) Promover a interação entre os campi do IFAM numa perspectiva de rede social visando a troca de conhecimentos e experiências;

b) Incentivar o intercâmbio do corpo docente dos campi do IFAM para troca de experiências e realização de atividades acadêmicas e de pesquisa;

c) Ampliar a participação do corpo docente do IFAM nos diferentes níveis e modalidades de ensino de forma simultânea e específica;

1.6. Finalidades³

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

³ Conforme art. 7 da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

1.7. Cursos e vagas ofertadas atualmente⁴

TURMA – CURSOS	MATRÍCULAS	MODALIDADE	TURNO	TOTAL DE MATRÍCULAS
1º Ano - Técnico em Administração	39	Integrada	Diurno	121
2º Ano - Técnico em Administração	40			
3º Ano - Técnico em Administração	42			
1º Ano - Técnico em Agropecuária	42	Integrada	Diurno	103
2º Ano - Técnico em Agropecuária	34			
3º Ano - Técnico em Agropecuária	27			
2º Ano - Técnico em Meio Ambiente	31	Integrada	Diurno	63
3º Ano - Técnico em Meio Ambiente	32			
1º Ano - Técnico em Informática	43	Integrada	Diurno	43
Técnico em Administração – 2011	26	Proeja	Noturno	123
Técnico em Administração – 2012	27			
Técnico em Administração – 2013	31			
Técnico em Administração – 2014	39			
Técnico em Administração – 2013	35	Subsequente	Noturno	75
Técnico em Administração – 2014	40			
Técnico em Informática – 2014	40	Subsequente	Noturno	40
Técnico em Enfermagem – 2014	40	Subsequente	Noturno	40
Técnico em Agente Comunitário de Saúde – 2012	24	Subsequente	Noturno	98
Técnico em Agente Comunitário de Saúde – 2013	34			
Técnico em Agente Comunitário de Saúde – 2014	40			
Técnico em Secretaria Escolar – 2013	34	Subsequente	Noturno	73
Técnico em Secretaria Escolar – 2014	39			
Licenciatura em Física	43	Indígena	Diurno	43
Especialização PROEJA em Educação Escolar Indígena	50	EAD	Noturno	50
TOTAL				872

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional do Campus São Gabriel da Cachoeira caracteriza-se por ser um modelo escalar ou hierárquico, na qual prevalece a centralização das decisões políticas no cargo de Diretor-Geral (DG) e a um nível mais abaixo encontram-se o Diretor de Administração e Planejamento (DAP) e o Diretor de Desenvolvimento Educacional (DDE), ambos responsáveis respectivamente pelas atividades-meio e atividades-fim da instituição. Subordinados aos diretores de

⁴ Conforme Coordenação de Registros Acadêmicos - IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira.

Nota: a previsão total de matrículas para 2014 é de 1.202 alunos com as 330 vagas do Pronatec.

departamento encontram-se os Coordenadores Gerais (CG), responsáveis pela gerência operacional das coordenações subordinadas e dos setores.

Diretoria Geral:

- Diretor Geral do Campus
- Chefe de Gabinete
- Assessor de comunicação

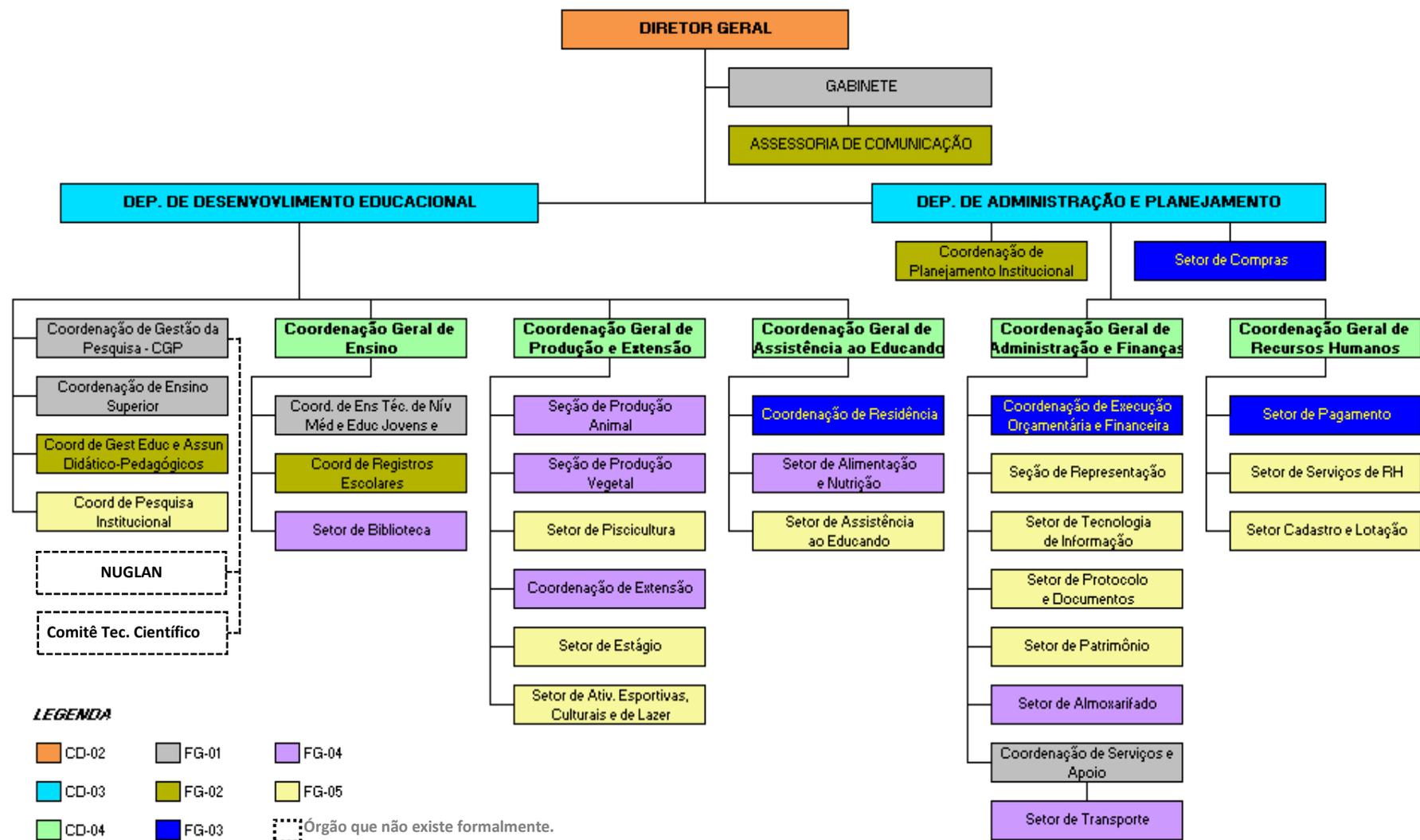
Departamento de Administração de Planejamento

- Diretor de Administração e Planejamento
- Coordenador Geral de Administração e Finanças
- Setor de Compras
- Coordenação de Planejamento Institucional
- Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
- Seção de Representação
- Setor de Tecnologia de Informação
- Setor de Protocolo e Documentos
- Setor de Patrimônio
- Setor de Almoxarifado
- Coordenação de Serviço e Apoio
- Setor de Transporte
- Coordenação Geral de Recursos Humanos
- Setor de Pagamento
- Setor de Serviço de Recursos Humanos
- Setor de Cadastro e Lotação

Departamento de Desenvolvimento Educacional

- Coordenação Geral de Ensino
- Coordenação de Gestão Educacional e Assuntos Didáticos Pedagógicos
- Coordenação de Registros Escolares
- Setor de Biblioteca
- Coordenação de Gestão da Pesquisa
- Coordenação de Ensino Superior
- Coordenação de Pesquisa Institucional
- Coordenação Geral de Produção e Extensão
- Seção de Produção Animal
- Seção de Produção Vegetal
- Setor de Piscicultura
- Coordenação de Extensão
- Setor de Estágio
- Setor de Atividades Esportivas, Culturais e de Lazer.
- Coordenação Geral de Assistência ao Educando
- Coordenação de Residência
- Setor de Alimentação e Nutrição
- Setor de Assistência ao Educando

2.1. Organograma



2.2. Órgão colegiado

2.2.1. Comitê Técnico Científico.

I - Composição

- Prof. Ms. Leonam Matos Correia Lima - Presidente
- Prof. Ms. Bruno Vinícius Castro Guimarães - Membro
- Profa. Dra. Cleoni Virginio da Silveira - Membro
- Prof. Ms. Elias Brasilino de Souza - Membro
- Profa. Ms. Francinete Soares Martins - Membro
- Prof. Ms. José Walter dos Santos - Membro
- Prof. Ms. Manoel de Jesus S. Miranda - Membro
- Profa. Ms. Sarah Ragonha de Oiveira - Membro
- Prof. Ms. Vinícius Retamoso Mayer - Membro

II - Competências

O Comitê Técnico-Científico (CTC) é um organismo de apoio acadêmico e científico do campus, e também um colegiado consultivo que tem como funções o assessoramento e a assistência técnico-científica na avaliação de planos e projetos de pesquisa.

O CTC tem as seguintes competências:

I. Apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica do campus, assim como suas prioridades;

II. Acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades de pesquisa e extensão implementados;

III. Estimular a geração de conhecimento científico, propondo políticas de desenvolvimento de pesquisa;

IV. Promover a integração da pesquisa científica e tecnológica com atividades pedagógicas em todos os níveis;

V. Apoiar atividades do IFAM/CSGC que propiciem a consolidação e a disseminação da produção do conhecimento científico, tecnológico e cultural;

VI. Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividades de pesquisa e extensão;

VII. Incentivar a interação entre diferentes grupos de pesquisa;

VIII. Estimular a integração dos docentes e discentes na prática de Pesquisa;

IX. Articular ações para proporcionar a melhoria da infraestrutura de pesquisa no campus;

X. Detectar oportunidades de financiamento junto às agências de fomento;

XI. Propor, normatizar e acompanhar as políticas de qualificação dos servidores do campus;

XII. Alterar o regimento ou qualquer normativa vinculada a este Comitê quando necessário.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1. Inserção regional⁵

A contextualização do IFAM – Campus São Gabriel remete-nos à fundação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, como autarquia presente na região do rio Negro, com atuação no Ensino Profissionalizante desde 1995. Esta Instituição Federal de Ensino foi criada através da Lei nº 8.670, de 30/06/1993, e transformada em autarquia através da lei nº 8.731, de 16/11/1993, com objetivos de desenvolver a educação profissional nos diversos níveis, capacitar profissionais para o mundo do trabalho, investir no fortalecimento da cidadania, colaborar com o desenvolvimento através de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade civil, incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisa e extensão. Com Lei 11.892, de 29/12/2008, foi transformada em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, passando a atuar com maior amplitude na oferta de cursos, a partir de 2009.

⁵ Autoria do Grupo Temático Nº 3.

A região do Rio Negro, principal área de abrangência do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, é constituída pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e nela convivem vinte e três povos indígenas, falantes de idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas: Tukano Oriental, Aruák, Maku e Yanomami. No município de São Gabriel da Cachoeira a população indígena é estimada em trinta e cinco mil pessoas, vivendo em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região já homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.00 km².

Ao considerarmos o contexto regional em que estamos inseridos, importa-nos levar em conta a concepção aberta e complexa de espaço e não como uma unidade territorial fechada. E, neste sentido, optamos um ângulo epistemológico que vê no espaço algo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não isoladamente, mas como o quadro único no que a história se dá” (SANTOS, 2004, 63).

O IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, no espaço em que atua, busca na identificação e reconhecimento das potencialidades da região a criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos ocidentais, visando produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das populações do noroeste do Amazonas, prioritariamente os povos indígenas. Nessa linha de pensamento, o IFAM – Campus SGC vem viabilizando ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do alto rio Negro.

Entretanto, ao tratarmos do patrimônio cultural e ambiental regional aqui em foco, precisamos considerar o suporte conceitual aí implicado. Numa perspectiva *malinowskiana*, “a cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e nos costumes humanos” (MALINOWSKI, 2009). Ao mesmo tempo, em se tratando de um contexto fortemente marcado pela presença de agentes socioculturais originários da região em referência, isso implica levarmos em conta os conhecimentos tradicionais construídos por estes atores locais, remetendo-nos a uma epistemologia política das etnociências, como perscrutadora das “formas de construção e codificação dos saberes indígenas, sua correspondência com os conhecimentos científicos e suas estratégias gnosiológicas diferenciadas” (LEFFE, 2001, p. 263).

Nesta região do Rio Negro convivem vinte e três povos indígenas, que falam idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas (Tukano Oriental, Aruák, Makú e Yanomami) nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. No município de São Gabriel da Cachoeira a população total é de trinta e cinco mil pessoas, espalhadas em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região⁶, do lado brasileiro. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região, já reconhecidas oficialmente e homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.000 km².

A cidade de São Gabriel da Cachoeira é o principal centro urbano regional. Alguns povoados indígenas, sobretudo Iauaretê, também possuem algumas características urbanas, motivadas pela presença de militares e de colégios dos missionários, responsáveis pela maior concentração da população indígena. A presença das missões salesianas na região iniciou na década de 20, instaladas em São Gabriel e nos povoados de Taracuá, Iauaretê, Pari-Cachoeira (bacia do Uaupés), Assunção (rio Içana) e Maturacá (área Yanomami).

Embora o contato e o comércio entre os povos tradicionais desta região com os brancos, que vem ocorrendo há mais de dois séculos, tenha forçado a ida de muitos índios para fora da área (levados para trabalho compulsório no baixo rio Negro ou nas cidades de Manaus e Belém) e levado pessoas de outras origens a se estabelecerem aí, a população indígena se mantém hegemônica nesta região, constituindo pelo menos 90% do total. Estas sociedades desenvolveram, através de milênios nesta área, formas sofisticadas de adaptação ao meio ambiente regional e práticas diversas e complementares de subsistência.

Diante das condições limitantes dos ecossistemas da bacia do rio Negro, caracterizada pela predominância dos solos pobres e baixa disponibilidade de peixes e caça, as diversas etnias habitantes na região desenvolveram estratégias de sobrevivência como a habilidade para reconhecer e explorar os recursos ambientais disponíveis. Com isso, torna-se interessante o reconhecimento das potencialidades para criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas na aliança dos indígenas com seus conhecimentos tradicionais e pesquisadores, com métodos científicos que permitam a realização de trabalhos, capazes de produzir referências técnicas, que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas⁷.

⁶ Segundo informações do *Banco de Dados das Comunidades do Alto e Médio Rio Negro* do Instituto Socioambiental – ISA (1996).

⁷ ISA, fonte citada.

Nessa linha de pensamento, o IFAM - Campus São Gabriel, antiga Escola Agrotécnica, iniciou ações visando à valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do rio Negro, inspirada num grande pacto de gestão territorial, consolidado no Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável-PRDIS⁸, implantando o Curso em Etnodesenvolvimento, na modalidade subsequente, na comunidade de Assunção do Içana, no rio Içana.



FOTO 1: Formandos do Curso em Etnodesenvolvimento (Formatura – 2009)

O projeto do curso foi elaborado pelos professores da EAFSGC, juntamente com representantes das comunidades da calha do rio Içana. O curso está sendo concluído, com a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável para a região do rio Içana. Logo após o início do Curso de Etnodesenvolvimento na Comunidade de Assunção do Içana, surgiram outras demandas. A primeira demanda foi apresentada pela Associação das Escolas Indígenas Takano Yepa Mashã-AEITYM, através de seu representante.

Em junho de 2006, foi realizada uma reunião na comunidade Cunuri, com a presença do representante da SETEC, Sérgio França, que presenciou as reivindicações da comunidade. Em outubro do mesmo ano, a direção da escola participou da mesa redonda sobre educação profissionalizante na comunidade Monte Cristo, durante a realização do Seminário “Construindo Políticas Públicas”, Coordenado pela professora Ivani Faria, representando a Universidade Federal do Amazonas, onde participaram os professores da EAFSGC, Elias B. de Souza, Simão

⁸ Texto elaborado e publicado pela FOIRN e ISA (2003)

Corrêa e Tarcísio Luiz L. Souza. A partir do relatório produzido, foi elaborada a primeira versão da proposta do Curso Técnico em Desenvolvimento Indígena Sustentável. Essa minuta foi apresentada por duas ocasiões na Coordenação Geral de Educação da FUNAI, em Brasília SETEC, SECAD, dentre outros. A proposta foi apresentada ainda a Conselheiros do Conselho Nacional de Educação durante a visita realizada na comunidade Monte Cristo. Posteriormente, várias reuniões se seguiram no IPOL, com membros da AEITYM, professores da EAFSGC e com a professora Ivani, representando a UFAM. Houve também algumas reuniões na comunidade Uriri e Ipanoré. Ao final desse processo de discussão, foram gerados subsídios que deram os fundamentos para a EAFSGC ofertar o curso demandado pela associação dos professores indígenas das escolas indígenas da região do Baixo rio Ualpés.



FOTO 2: Formandos do Curso em Desenvolvimento Indígena Sustentável/PROEJ, na comunidade de Ipanoré (Formatura – 2011).

Ao fazermos frente a este exigente cenário de ampla multidimensionalidade, deparamo-nos com um difícil problema a ser encarado com sensibilidade, realismo e compromisso emancipatório. Em termos *morinianos*, precisamos estar sempre conscientes da imperatividade de construirmos “um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, perceber as ligações, interações, e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas” (MORIN, 2009, p. 74).

Atualmente há uma demanda crescente das comunidades indígenas afiliadas à FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), por oportunidades de capacitação técnica através cursos profissionalizantes e pelo desenvolvimento de experiências piloto de manejo de recursos naturais que venham a aprimorar formas tradicionais ou mesmo introduzir novidades sustentáveis, numa perspectiva de etnodesenvolvimento. Comunitários da sede municipal, dos municípios de Santa Isabel do rio Negro e de Barcelos também reivindicam ofertas de cursos técnicos e superiores, junto ao IFAM – Campus São Gabriel.



Foto 3: Alunos do Curso de Profissionalizante de Cadista/PRONATEC (Acervo IFAM – 2013)

2.2. As novas bases legais e razões ordenadoras da Missão Institucional

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (MEC, 2007) definiu a territorialidade como princípio e pilar da educação, reforçando a valorização do contexto regional em que o IFAM – Campus São Gabriel está inserido.

Esse destaque valorativo relativo ao princípio da territorialidade gera uma perspectiva de atenção devida aos povos indígenas, grupos sociais destinatários da missão institucional que marcam presença predominante na região do Médio e Alto rio Negro. Nesse sentido, podemos verificar a alusão explícita feita à particularidade que deve ser considerada no contexto regional em que atuamos, conforme o disposto abaixo:

As populações indígenas têm constitucionalmente garantido o direito a uma educação própria. Os conceitos que sustentam o PDE permitem que sejam construídos, com as comunidades indígenas, arranjos étnico-educativos em respeito à territorialidade das comunidades, ensejando um novo desenho do regime de colaboração, com as responsabilidades partilhadas entre os níveis de governo, participação ativa das comunidades e da sociedade civil organizada (MEC – PDE, 2007, 37).

No que tange à missão do IFAM – Campus São Gabriel, dispomos de um marco regulatório fundador que estabelece o rumo que devemos trilhar no contexto em que atuamos enquanto instituição educacional. Nessa perspectiva, a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, incorporou em seu arcabouço normativo o que já estava definido no novo arranjo institucional da Educação Profissional e Tecnológica, que fora dado pelo PDE (MEC, 2007), enquanto missão assim definida pelos seguintes objetivos:

A missão institucional dos IFET deve, no que respeita à relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o IFET deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica (MEC, op. cit., p. 32-3).

Ainda na mesma esteira regulatória da missão institucional contextualizada, temos o **Decreto nº 6.861/2009**, o qual instituiu a educação escolar indígena, cujo funcionamento se dará de forma organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades. Daí de-correm os seguintes objetivos: valorizar a cultura dos povos, afirmar e manter a diversidade; fortalecer as práticas socioculturais e das línguas maternas; formular e manter programas de formação de pessoal especializado para a educação

indígena; desenvolver currículos e programas específicos; elaborar material didático específico e diferenciado e afirmar as identidades étnicas. Somando-se a esse conjunto de ordenamentos norteadores, temos ainda a Portaria nº 1.062, DE 30 de outubro de 2013, exarada do MEC, Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais, quais ficam assim definidos e com objetivos melhor delienados:

Art. 2º Os territórios etnoeducacionais são espaços institucionais em que os entes federados, as comunidades indígenas, as organizações indígenas e indigenistas e as instituições de ensino superior pactuam as ações de promoção da educação escolar indígena, efetivamente adequada às realidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas dos grupos e comunidades indígenas.

§ 1º: Os territórios etnoeducacionais objetivam:

I - ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas;

II - fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, promovendo a cultura do planejamento integrado e participativo e o aprimoramento dos processos de gestão pedagógica, administrativa e financeira da educação escolar indígena; e

III - garantir a participação dos povos indígenas nos processos de construção e implementação da política de educação escolar indígena, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.

Dessa evolução normativa favorável às demandas regionais do rio Negro, notadamente àquelas apresentadas pelas lideranças indígenas, decorreram os fundamentos legais, necessários ao balizamento das ações do IFAM – Campus São Gabriel em sua região de atuação. Nestas condições, com a participação dos agentes sociais indígenas demandantes, surgiu a proposta do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, em Física, como atendimento ao que foi pactuado no Plano de Ação para o desenvolvimento e institucionalização da Educação Escolar Indígena no Território Etnoeducacional do Rio Negro, em dezembro de 2008. O visa a capacitação de professores indígenas da região aqui referida, para atuação no Ensino Médio. A partir da oferta desse curso, têm surgido outras demandas, sobretudo, voltadas para as grandes áreas das Ciências da Natureza e Ciências Sociais.



FOTO 4: Assembleia de pactuação do Curso de Licenciatura Intercultural em Física – Local: Maloca da FOIRN (Acervo IFAM-CSGC, 2010).

Neste contexto regional de reivindicações por formação profissional em diversas áreas, é sempre oportuno não perder de vista o protagonismo do movimento indígena organizado do rio Negro. A proposta pedagógica do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pelo IFAM – Campus São Gabriel (IFAM – CSGC, 2010) dar conta desse posicionamento, como podemos ver, a seguir:

Na última década o movimento indígena, através da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), tem pautado suas discussões e ações no âmbito da educação escolar indígena, construindo suas experiências com base em sua diversidade cultural, ou seja, delineando um sistema próprio, de modo a romper com os modelos introduzidos em seus contextos sócio-culturais que tendem a fragmentá-los, fragilizá-los e, mesmo, eliminar os conhecimentos e línguas dos povos indígenas da região .

3.2. Princípios filosóficos e técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição⁹

3.2.1. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos

Ao definirmos os princípios filosóficos e teórico-metodológicos a serem adotados como componentes balizadores de nossa prática educativa, é preciso termos em conta que somos uma instituição de educação, focada na promoção de processos geradores de ciência e tecnologias. E, como tal, necessitamos considerar a ciência como um conjunto de saberes organizados e institucionalizados, sob os aspectos lógico-ontológicos, ético-históricos e politicamente definidos (PAVIANI, 2009, p. 15).

Neste sentido, importa-nos considerar a concepção sistêmica de educação mencionada e acolhida no Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE (MEC, 2007), articulando-a uma concepção mais rica e transformada da ciência que propicie o imprescindível diálogo entre objeto e sujeito, entre antropossociologia e ciências naturais, condicionando-se ao suprimento da necessidade “um pensamento capaz de refletir sobre fatos e de organizá-los para deles obter conhecimento não atomizado, [...] um pensamento capaz de conceber o enraizamento dos valores numa cultura e numa sociedade” (MORIN, 2008, p. 122). Com essa articulação, à luz do documento do PDE, podemos chegar a uma virtuosa e indissociável combinação entre o ensino de ciências naturais, humanidades (incluindo Filosofia e Sociologia) e a educação profissional e tecnológica, viabilizando-se a reposição o debate da politecnia em novas bases, na perspectiva “da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante”, possibilitando o rompimento com o ensino de viés mecanicista e objetivante (MEC, 2007, p. 33).

No tocante aos princípios teórico-metodológicos, vale ressaltar que estes serão aqui considerados no sentido apresentado por Cipriano Luckesi (2011). A esse respeito, tratando da questão do método, este estudioso da educação traz para o campo da discussão relativa aos procedimentos de ensino a abordagem da perspectiva teórico-metodológica, sendo que esta é apresentada como método cujo significado traduz “um modo de abordar a realidade, seja para a produção de conhecimentos, seja para o encaminhamento de ações”. E nestes dois sentidos,

⁹ Autoria do Grupo Temático N° 4.

conforme esse autor, “ao enfrentarmos a realidade, assumimos uma forma, uma visão que nos permite tratá-la sob um ponto de vista” (LUCKESI, 2011, p. 187-8), razão pela qual, neste contexto, “o método ganha caráter teórico, ou seja, o modo segundo o qual ele permite que a realidade seja apreendida do ponto de vista do conhecimento”, o que implica na diferença entre abordagens metodológicas que evidenciam e corroboram com ações em função de processos de transformação da sociedade e outras que dão visibilidade e sustentação a ações em função de processos conservadores de determinadas ordens sociais vigentes (LUCKESI, op. cit. p. 190).

Dessa compreensão da perspectiva teórico-metodológica, surge a possibilidade de um corolário ordenador que se vincula à educação enquanto face de um processo que se desenvolve dialeticamente, visando a construção da autonomia implicada na “formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (MEC, op. cit. p. 5), incluindo-se aí a abrangência das formas como as relações sociais são produzidas e as condições concretas de existência são construídas, a partir destas relações. E, neste plano de contextualização teórico-metodológica, pretende-se que nossa opção de tendência mais viável e aproximada de uma coerência com os pressupostos estabelecidos numa perspectiva promotora de processos tecnológicos voltados para a transformação da sociedade, bem como para a emancipação dos seres humanos, seja baseada na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos ou Pedagogia Histórico-Crítica, que tem entre seus teóricos Cipriano C. Luckesi (2011) e Dermeval Saviani (2012). Conforme veremos mais adiante, para estes autores, esta proposta de abordagem, enquanto orientadora de nossas práticas educativas, implica no empenho focado na compreensão da questão educacional baseada no desenvolvimento histórico objetivo, de forma a contribuir para a formação da cidadania, sob as condições da criticidade que leva ao comprometimento político, em condições histórico-sociais determinadas.

3.2.2. Princípios Filosóficos

Pelas as razões expostas acima, o IFAM – Campus São Gabriel orientará sua prática como instituição pelos seguintes princípios filosóficos:

3.2.2.1. Responsabilidade e Inclusão Social

A responsabilidade social vincula o exercício de nossa condição de agente público da educação (equipe gestora do IFAM – Campus São Gabriel e todo o conjunto de administrados, docentes e técnico-administrativos, no âmbito institucional), associada ao corpo discente, legítimo e fundamental destinatário de nossa missão educativa, à exigência de respondermos pelas habilidades que desenvolvemos e praticamos, orientados pelos valores da atenção respeitosa à dignidade humana daqueles que esperam e dependem dos serviços que ofertamos, da solidariedade, do comprometimento e da justiça frente aos nossos administrados e aos desafios próprios do ambiente sociocultural e político-econômico no qual estamos inseridos.

No tocante à inclusão social, é-nos conveniente considerarmos o que diz José de Souza Martins (1997), ao abordar a negação desse princípio norteador de nossas ações. Esse sociólogo, tratando da existência da exclusão social no Brasil, afirma que - na sociedade brasileira - efetivamente, não pode ter havido exclusão social, e sim um tipo de “inclusão precária, instável e marginal”, pois para alguém ser excluído pressupõe-se que esteja numa condição de incluído, o que – no Brasil – esta condição, em geral, não se deu, de fato (MARTINS, 1997, p. 20). Frente a essa percepção, no nosso caso, ao nos balizar pela pelo princípio humanitário da inclusão social, importa-nos mantermos nosso foco, primeiramente, nos não-incluídos, e – num momento seguinte – naqueles que foram e continuam excluídos da oferta dos serviços públicos que devemos ofertar, institucionalmente. Nessa perspectiva, nossos servidores deverão ser motivados e mobilizados para contribuírem com a formação discente, sendo estes orientados para o compromisso responsável e solidário frente as demandas sociais que exigem soluções concretas de garantia de cidadania para todos, atuando como agentes de transformação da sociedade, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino para enfrentamento permanente dos desafios presentes no contexto social, político, econômico e cultural da comunidade onde estão inseridos.

3.2.2.2. Concepção Sistêmica da Educação

A adoção da concepção sistêmica da educação como princípio filosófico orientador das ações do IFAM – Campus São Gabriel nos coloca diante de uma implicação extensa e complexa, envolvendo a vida como um todo. Essa concepção nos remete para além do aspecto estritamente organizacional da educação, com maior abrangência e exigência, pois diz respeito a uma nova visão da realidade que se baseia numa “consciência de estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais”, transcendendo as fronteiras disciplinares ainda tão consideradas no atual contexto das diversas sociedades (CAPRA, 2001, p. 259). Essa perspectiva se amplia ainda mais, ao propiciar-nos uma abordagem da vida e dos diversos sistemas existentes no mundo, sob o paradigma da ecologia profunda, a partir do qual se concebe os seres humanos e todos os outros sistemas vivos como partes indissociáveis do meio ambiente natural em que vivem. Por esse prisma, passamos a ver “o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes” (CAPRA, 2004, 26).

Para a orientação de nossa prática educativa, esse modo de ver e entender o mundo ganha mais coerência e consistência objetiva com sua acolhida no PDE aqui em referência. Em seu conjunto de razões e princípios norteadores da educação oficial do País, esse instrumento balizador da educação emanado do Ministério da Educação, numa perspectiva de avanço e superação procura embasar-se no entendimento da educação “como processo de socialização e individuação voltado para a autonomia”, promovendo “a articulação entre as políticas as políticas especificamente orientadas a cada nível” com a implicação que reconheça “as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação superior, educação tecnológica e alfabetização”, de modo a ver nessas conexões os fundamentos para “potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente” (MEC, 2007, 9-10). Com uma sustentação nessa perspectiva sistêmica, parte integrante dos pilares postos pelo PDE, entendidos como visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social, ver-se a possibilidade, dentre outras consequências, de desdobramentos que expressem dois enlaces

fundamentais a saber: de um lado, entre educação, território e desenvolvimento, e de outro, entre qualidade, equidade e potencialidade; o que pode gerar consequências aos marcos regulatórios da educação, à medida que estes viabilizem um vínculo condicionador do “desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional e nacional (Idem, p. 11-12).

3.2.2.3. Orientação Epistemológica baseada no Pensamento Complexo

O IFAM – Campus São Gabriel, enquanto instituição que atua em um universo sociocultural e político-econômico de grande diversidade, há que levar em conta a multi-inter-transdimensividade da complexidade do contexto em que seus servidores, docentes e técnico-administrativos, vivem e desenvolvem ações como prestadores de serviços educacionais. Ter a complexidade como parte valorativa no horizonte e verticalidade do universo de atuação é fundamental, sobretudo no que tange à orientação dos processos mediadores e produtivos do conhecimento, ao definirmos as lentes epistemológicas que utilizamos na construção e na compreensão dos saberes com os quais lidamos.

A respeito dessa dimensão principiológica, Edgar Morin (2007) nos apresenta sua abrangência e implicação conceitual, a qual nos situa no que concerne a importância que ela tem, nos termos seguintes:

[...] complexidade é um tecido de elementos heterogêneos inseparavelmente associados, que apresentam a relação paradoxal entre o uno e o múltiplo. A complexidade é efetivamente a rede de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico. A complexidade apresenta-se, assim, sob o aspecto perturbador da perplexidade, da desordem, da ambiguidade, da incerteza (MORIN, 2007, p. 44).

No transcurso sua proposição conceitual sobre a complexidade, esse filósofo e antropólogo nos adverte acerca do grande alcance do pensamento complexo, situando-o na trajetória da retomada das conquistas fulcrais da “filosofia da suspeita” e reivindicando, a partir daí, que o método adquire novo sentido. O que nos remete à implicação do reaprender a aprender num caminhar sem metas rigidamente pré-definidas, mas “com a plena consciência de que todo conhecimento traz em si

mesmo e de forma ineliminável a marca da incerteza”, sem que sejamos equivocados e muito menos iludidos com “onda fácil” do vale-tudo nem com o ceticismo generalizado, mas engajados numa “luta contra o absolutismo e o dogmatismo disfarçados de verdadeiro saber” (Idem, 2007, p. 56).

Ao considerarmos essas proposições morinianas, enquanto pertencentes a uma instituição que tem em seu quadro agentes mediadores e produtores do conhecimento, não podemos dispor honestamente de álibi para justificarmos quaisquer arbitrariedades quando damos curso aos processos de mediação e construção do conhecimento, num contexto regional tão diversificado em seus aspectos socioeconômico, político e cultural, sobretudo no tocante aos complexos sistemas de saberes já instituídos, a partir de múltiplas e intercomplementares perspectivas epistemológicas.

3.2.2.4. Princípios Teórico-Metodológicos

Os princípios teórico-metodológicos que o IFAM – Campus São Gabriel adotará devem nortear uma prática educativa institucional que seja capaz de proporcionar aos destinatários de sua missão instrumentos para uma aprendizagem focada na autonomia individual e, ao mesmo tempo, socializadora do conhecimento, dentro do processo de construção da cidadania que viabilize a concretização de sua emancipação dos que dependem dos serviços educacionais nossa instituição de ensino. Isto posto, optamos pelos seguintes marcos preceituais, que orientarão nossa atuação de natureza educacional, com abrangência no ensino, na pesquisa e na extensão.

3.2.2.5. Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos (Pedagogia Histórico-Crítica):

Para assegurar a possibilidade de propiciar condições favoráveis à autonomia, como pressuposto para o exercício da cidadania com criticidade e a viabilização da emancipação dos sujeitos destinatários, frente à realidade social, política, econômica e cultural em que estão inseridos, é oportuno adotarmos, enquanto IFAM – Campus São Gabriel, a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos – PCSC (ou Pedagogia Histórico-Crítica), como balizador teórico-metodológico de nossas práticas

educativas, focadas no ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo do diálogo com as diversas tendências teórico-metodológicas com as quais devemos conviver. Essa escolha se dar pelo fato da PCSC colocar os processos de ensino-aprendizagem orientados por objetivos cujas consequências podem expressar uma concreta conjugação entre educação, cidadania com criticidade, conhecimento, comprometimento político e transformação da sociedade. Na formalização conceitual dada pelo teórico da educação brasileira, Cipriano C. Luckesi (2011), a PCSC tem por objetivo:

[...] contribuir, por meio da educação, para a formação da cidadania, ou seja, garantir a todos os educandos condições de criticidade, o que significa conhecimento e comprometimento político. Para tanto, [a PCSC] considera que, dentro de condições histórico-sociais determinadas, os conteúdos escolares são aqueles que decorrem das ciências e, de forma crítica, podem e devem ser transmitidos pelos professores e assimilados pelos alunos, de tal forma que adquiram instrumentos culturais necessários para a garantia e do desenvolvimento da luta por uma sociedade igualitária para todos os seres humanos (LUCKESI, 2011, p. 173).

Nessa mesma esteira de formulação e proposta da Pedagogia Histórico-Crítica, temos a contribuição de outro teórico da educação brasileira, Dermeval Saviani (2012), que busca a compreensão da questão educacional tendo como base o desenvolvimento histórico objetivo, ancorado na categoria de análise marxiana do materialismo histórico, ao fazer a assertiva seguinte:

[...] a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana (SAVIANI, 2012, p. 76).

Com esse entendimento, aqui, podemos estabelecer uma conexão com o documento do PDE (2007), quando este se reporta às exigências do conceito de autonomia atribuído ao indivíduo, nos seguintes termos:

A compreensão do conceito de autonomia do indivíduo exige a percepção da natureza dialética da relação entre socialização e individuação. Educar homens e mulheres autônomos é garantir a

emergência de subjetividades críticas sobre o pano de fundo de uma tradição cultural gerada pela linguagem e pelo trabalho, o que só é possível pelo desenvolvimento de competências para se apropriar de conteúdos e da capacidade de tomar postura crítica frente a eles (MEC, op. cit, p. 41).

Dados estes pressupostos, podemos ter como base para nossa prática educativa uma concepção dialética de educação, implicando igualmente nossas práticas avaliativas, em conexão com a realidade concreta e a consequente ação reflexiva sobre ela, de maneira a possibilitar a devida e consistente intervenção sobre a mesma, de forma a provocar mudanças nos processos que aí ocorrerem, em benefício dos destinatários da missão educativa institucional (ROMÃO, 2011, p. 66).

3.2.2.6. Currículo Integrado Intertransdisciplinar na perspectiva da Intertransculturalidade

O advento do Decreto nº 5.154/2004 redefine as diretrizes da educação profissional brasileira, trazendo novos balizamentos para nossa atuação, como instituição que opera no âmbito da educação, ciência e tecnologia, a partir de um arranjo curricular integrado numa perspectiva intertranscultural. Com o lançamento dessas novas bases, a organização curricular passa a ser compreendida como um conjunto de articulação de saberes científicos associados aos diversos tipos de saberes, de forma intertranscultural. Para tanto, a proposta pedagógica que guiará nossa prática educativa levará em conta o que discute Barasah Nicolescu (1999), ao trazer o debate do relatório da Comissão da UNESCO, focada em estudos da educação para o século XXI para dentro da concepção de transdisciplinaridade. Para esse físico, uma abordagem transdisciplinar no contexto do advento de um novo tipo de educação deve considerar os pilares propostos pela comissão da UNESCO, quais sejam:

- Aprender a conhecer, a partir de métodos que nos auxiliem na distinção entre o que é real e o que é ilusório, assegurando-nos de nosso acesso aos saberes de nosso tempo, primando por uma qualidade que instigue ao questionamento dos fatos, imagens, representações e formalizações; que estabeleça pontes entre os

diferentes saberes, seus significados para a vida cotidiana e nossas potencialidades interiores;

- Aprender a fazer, como “aquisição de uma profissão e dos conhecimentos e práticas que lhe são associados”, da forma que essa profissão seja “ligada, no interior do ser humano, aos fios que a ligam a outras profissões”, de maneira que tenha como base o equilíbrio entre a exterioridade e a interioridade de cada pessoa;

- Aprender a viver em conjunto, levando-se em conta “o respeito pelas normas que regem as relações entre os seres que compõem uma coletividade”, e isso implica a validação de ordenamentos normativos no interior de cada ser humano, que deve “reconhecer-se a si mesmo na face do outro”, gerando uma disposição para atitudes que transite e viabilize relações nos níveis e universos transcultural, transreligioso, transpolítico e transnacional, o que “nos permitirá assim aprofundar melhor nossa própria cultura, defender melhor nossos interesses nacionais, respeitar melhor nossas próprias convicções religiosas ou políticas”;

- Aprender a ser, a partir da descoberta de nossos condicionamentos, da harmonia/desarmonia entre nossa vida individual e vida social, e da sondagem da profundidade dos embasamentos de nossas convicções, de nossas crenças, na perspectiva da fundamentação do ser, numa dinâmica de recíproca aprendizagem entre educador e educando, associada à aprendizagem e ao respeito do que liga o Sujeito do conhecimento ao Objeto a ser conhecido (NICOLESCU, 1999, p. 144-8).

Com estes pressupostos, podemos dispor das bases necessárias para optarmos por um arranjo curricular integrado na proposta educativa do IFAM – Campus São Gabriel, num novo patamar cuja configuração nos coloque diante da perspectiva de um currículo intertranscultural (PADILHA, 2004, p. 313-14) que integre vários saberes, consubstanciado nos seguintes princípios e valores a saber:

- na formulação do currículo, implicar na todas as ações e relações desenvolvidas na instituição de ensino, contemplando “sua organização democrática dinâmica, direta, participativa e representativa e aberta à comunidade”;

- favorecimento de um ambiente educacional no qual os usuários dos serviços aí ofertados encontrem relevante significado ao tornarem-se presentes e se sintam alegres, no conjunto de relações que se estabelecerem no ambiente institucional;

- valorização do espaço educacional como um ambiente de “construção individual e coletiva da ação pedagógica e das trocas intertransculturais”;
- promoção da “educação permanente de todas as pessoas que participam e atuam direta ou indiretamente” na instituição de ensino, na prática do “exercício da cidadania planetária”;
- adoção de uma “postura dialógico-dialética e complexa diante da realidade, abrindo-se para toda manifestação de sensibilidade, expressividade, espiritualidade, do sentimento e do conhecimento humanos”;
- estímulo ao questionamento frente a “todo e qualquer discurso, informação, conhecimento e processo de ensino-e-aprendizagem que se autodenomine neutro ou que se apresente numa perspectiva homogeneizadora”;
- valorização do “intercâmbio e diálogo entre grupos culturais e seu mútuo enriquecimento”, bem como o questionamento e busca da “superação de quaisquer manifestações que pretenda, sob qualquer alegação, naturalizar o predomínio de uma cultura sobre a outra”;
- abordagem e desenvolvimento do conhecimento na instituição de ensino, baseada nas relações e nas trocas intertransculturais e a valorização das iniciativas de promoção da cultura como oportunidades privilegiadas;
- busca da superação de toda e qualquer lógica binária e análise da multidimensionalidade do ser humano;
- criação de “novos contextos educativos para a integração criativa, cooperativa, solidária, emancipadora e humanizadora entre os diferentes sujeitos, grupos de pessoas e comunidades;
- posicionamento claro e direto “contra qualquer tipo de manifestação preconceituosa, etnocêntrica, violenta, que promova a desigualdade e a exclusão social”;
- superação do “modelo de controle da exclusão social por Estado que ‘pilota’ as políticas sociais como ‘tutelador’ e não como gestor, alterando as formas de relação entre Estado educador e educação escolar”;

- promover a realização de processos de construção do conhecimento sempre visando à justiça social e à humanização da educação, estimulando a aprendizagem como forma de intercâmbio e partilha”;

- respeito a todos os marcos regulatórios e de princípios/valores orientadores das práticas institucionais, das condutas individuais e coletivas, enquanto demandas de interesse dos diversos povos, bem como o incentivo à “permanente atualização crítica dos referidos princípios, de acordo com as exigências e necessidades das sociedades contemporâneas, respeitados os limites éticos da convivência humana, justa, pacífica, solidária, sustentável e emancipadora.”

3.2.2.7. Promoção da Tecnologia Emancipatória:

O IFAM – Campus São Gabriel, enquanto instituição de educação que atua com foco na promoção de processos geradores de ciência e tecnologias, para atender às demandas próprias do contexto em que está inserida, há que levar em conta como pressuposto fundamental necessidade de identificar e refutar as relações de poder geradoras de representações sociais que traduzem e operam a partir da visão sócio-relacional que alimenta a dicotomia impondo uma desconexão ideologicamente fabricada entre o trabalho manual e trabalho puramente intelectual.

A esse respeito, vê-se uma construção sócio-representativa e preconceituosa que macula as entranhas da alma brasileira, pela produção de representações sobre o trabalho humano, reveladoras de um entendimento a partir do qual todo e qualquer trabalho que venha exigir esforços físicos e manuais passa a ser visto como trabalho desqualificado. Essa nefasta construção de representação sobre a noção de trabalho, num extenso período da História brasileira, tem se desenvolvido a partir dos “processos de distinção e distanciamento social desenvolvidos durante o período colonial escravista”, repercutindo nas estratégias dos diversos projetos de educação que também são reprodutores da dicotomização entre trabalho manual (com ou sem o uso da técnica sofisticada) e trabalho intelectual (MANFREDI, 2002, p. 71-2).

Para não darmos continuidade à reprodução do danoso distanciamento entre a preparação para o trabalho manual e o aprendizado para o desempenho de atividades que envolvem esforços predominantemente intelectuais é necessária um

mudança de rumo, sobretudo na forma como concebemos e valorizamos a tecnologia, em nossa prática pedagógica. Sobretudo, trabalharmos um conceito de tecnologia que leve em conta a capacidade e qualidade do pensamento, da reflexão e da ação concreta dos destinatários da missão educativa institucional do Campus São Gabriel, tendo em vista o exercício consciente e crítico da cidadania por parte dos usuários dos serviços educacionais institucionalmente ofertados, de maneira se propicie condições para a vivência da liberdade, da autonomia, da integralidade e outros valores fundamentais para se ter uma vida digna e com qualidade, onde seja possível uma preparação para o mundo do trabalho que garanta a auto-realização do indivíduo, enquanto inserido na coletividade. Nessa perspectiva, é válida a lição dada por Elisabeta A. Nietzsche (2000), que nos apresenta o conceito de tecnologia emancipatória disposto a seguir:

A tecnologia emancipatória é concebida e entendida como a apreensão e a aplicação de um conjunto de conhecimentos e pressupostos que, ao serem articulados técnica e eticamente, possibilitam aos indivíduos pensar, refletir, agir, tornando-os sujeitos do seu próprio processo existencial, numa perspectiva de exercício de consciência crítica e da cidadania, tendo como condição a possibilidade de experienciar liberdade, autonomia, integralidade e estética, na tentativa de buscar qualidade de vida, de modo que os envolvidos possam encontrar a sua auto-realização (NIETSCHE, 2000, p. 164-5).

Dados estes pressupostos, temos a possibilidade de formular um entendimento que articule princípios teórico-metodológicos a um vasto conjunto de valores que orientem nossa prática pedagógica, para a formação de agentes sociais para o mundo do trabalho, que capazes de exercer sua cidadania de forma mais holística, com autonomia, liberdade, equilíbrio, reponsabilidade e humanismo, e com uma consciência para agir numa perspectiva de cooperação e de complementaridade com as pessoas e os diversos sistemas vivos do mundo natural, ambiente de sua interação (SCARPATO, 2012, 52-3).

4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

4.1. Cronograma de Implantação de Cursos¹⁰

1) CURSOS INTEGRADOS										
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍCULA	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico em Informática	Presencial	40	40	Diurno	Anual	X				
Técnico em Agroecologia	Presencial	40	40	Diurno	Anual			X		
2) CURSOS SUBSEQUENTES										
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍCULA	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico em Informática	Presencial	40	40	Noturno	Anual	X				
Técnico em Enfermagem	Presencial	40	40	Noturno	Anual	X				
Técnico em Contabilidade	Presencial	40	40	Noturno	Anual					X
3) CURSOS DE GRADUAÇÃO										
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍCULA	2014	2015	2016	2017	2018
Graduação em Informática	Presencial	40	40	Noturno	Anual				X	
Graduação em Enfermagem	Presencial	40	40	Noturno	Anual				X	
Bacharelado em Administração	Presencial	40	40	Noturno	Anual				X	

¹⁰ Autoria da Direção Geral, Departamento de Desenvolvimento Educacional e Coordenação Geral de Ensino.

5. PERFIL DO CORPO DOCENTE¹¹

5.1. Composição do quadro de docentes efetivo

Nº	Nome do Servidor(a)	Data de efetivo exercício	Formação Acadêmica	Titulação máxima / Área do conhecimento	SITUAÇÃO DO DOCENTE
01	Abner Márcio O. Teixeira Cicarini	11/12/2009	Licenciatura em Matemática	ESPECIALISTA / Ciências Exatas e da Terra	Cursando Mestrado
02	André Rogério Matos da Silva	28/11/2005	Bacharel em Engenharia Florestal	MESTRE em Ciências Florestais e Ambientais / Manejo e Tecnologia de Recursos Florestais Tropicais	Cooperação Técnica
03	Andréa Alves Lustoza	10/02/2006	Licenciatura em Educação Física	ESPECIALISTA / Turismo e Gestão Territorial	Na sede
04	Bruno Vinícius Castro Guimarães	18/11/2009	Bacharel em Agronomia	MESTRE em Produção Vegetal no Semiárido/ Produção Vegetal	Na sede
05	Cleoni Virginio da Silveira -	17/01/1997	Licenciatura em Química	DOCTORA em Química / Produtos Naturais / Química de Produtos Naturais	Na sede
06	Dayse Alisson Camara Cauper	21/01/2010	Licenciatura em Educação Física	ESPECIALISTA / Educação Física Escolar	Serviço Provisório
07	Denise Dias	24/11/2009	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA / Literatura Brasileira	Serviço Provisório
08	Di Angelo Matos Pinheiro	02/07/2012	Licenciatura em Física	ESPECIALISTA em Ensino de Matemática na Educação Básica e no Ensino Superior	Cursando Mestrado
09	Edlene da Silva Trindade	06/01/2011	Licenciatura em Letras	Licenciado em Letras	Na sede
10	Elenice dos Santos Costa	13/03/2007	Bacharel em Ciência da Computação	ESPECIALISTA / Docência do Ensino Superior	Serviço Provisório
11	Elias Brasilino de Souza	27/07/1998	Licenciatura em História	MESTRE em Sociedade e Cultura na Amazônia / Processos Socioculturais na Amazônia	Na sede
12	Elizângela Maria da Silva Bossone	22/03/2007	Tecnólogo em Processamento de Dados	ESPECIALISTA / Ambiente e Desenvolvimento para Internet	Serviço Provisório
13	Francinete Soares Martins	11/01/2007	Licenciatura em Filosofia	MESTRE em Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade e Junto a Povos de Terras Indígenas	Na sede
14	Jacqueline Alves Araújo França	23/12/2009	Bacharel em Ciências Biológicas	ESPECIALISTA / Biotecnologia	Serviço Provisório
15	João Batista Ferreira Souza da Silva	18/11/2009	Licenciatura em Geografia	ESPECIALISTA / Educação Ambiental	Na sede
16	Joscival Vasconcelos Reis	01/03/2010	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA em EJA	Na sede
17	José Walter dos Santos	02/01/1997	Licenciatura em Ciências Agrícolas	MESTRE em Agricultura Tropical / Agricultura Tropical	Na sede

¹¹ Autoria da Coordenação Geral de Recursos Humanos.

18	Josiani Mendes Silva	01/11/2006	Licenciatura em Pedagogia	MESTRE em Ciências/Educação Agrícola	Cursando Doutorado
19	Juliane Silva Ribeiro	22/01/2007	Bacharel em Ciências Econômicas	ESPECIALISTA / Gestão da Administração Pública	Serviço Provisório
20	Leonam Matos Correia Lima	28/12/2009	Bacharel em Administração	MESTRE em Gestão da Informação	Na sede
21	Letícia Alves da Silva	24/02/2011	Licenciatura em História	ESPECIALISTA /Gestão de Política Ambiental	Na sede
22	Luana Malheiros Ferreira	18/11/2009	Bacharel em Engenharia de Pesca	Bacharel em Engenharia de Pesca	Cursando Mestrado
23	Madalena Otaviano Aguiar	21/02/2003	Bacharel em Ciências Biológicas	DOUTORA em Ciências Biológicas / Botânica	Remoção Temporária
24	Manoel Ferreira Falcão	11/10/2007	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA em EJA	Na sede
25	Manoel de Jesus de Souza Miranda	21/03/2013	Bacharel em Engenharia Florestal	MESTRE em Ciências Ambientais e Florestais/ Manejo e Tecnologia de Recursos Florestais Tropicais.	Na sede
26	Márcio Antônio Lourenço Mota	11/03/2013	Licenciatura em Biologia	ESPECIALISTA em Conservação dos Recursos Naturais	Na sede
27	Marino Silva de Oliveira Filho	17/01/1997	Bacharel em Agronomia	MESTRE em Ciências Agrárias/ Sistemas Agroflorestais	Serviço Provisório
28	Míriam de Paula Brito	29/12/2011	Tecnóloga em Desenvolvimento de Software	Tecnologia em Desenvolvimento de Software	Na sede
29	Pedro Damião Castro Fernandes	30/09/2005	Licenciatura em Geografia	ESPECIALISTA em EJA	Na sede
30	Pedro Macedo da Costa	13/10/2005	Bacharel em Engenharia Florestal	ESPECIALISTA em EJA	Remoção Temporária
31	Raimunda Ariádna Gomes de Souza	01/02/1995	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA / Metodologia e Didática de Ensino Superior	Serviço Provisório
32	Raimundo Santarém dos Santos	04/03/2013	Licenciatura em Artes Plásticas	Licenciado em Artes Plásticas	Na sede
33	Reinaldo Malveira Fonseca	02/01/1997	Licenciatura em Ciências Agrícolas	MESTRE em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia / Plantas Nativas e Potenciais de Uso	Cursando Doutorado
34	Roberta Enir Faria Neves de Lima	24/02/2011	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA em Docência do Ensino Superior	Licença p. Acomp. Familiar doente
35	Rondon Tatsuta Yamane B. de Souza.	27/08/2010	Bacharel em Zootecnia	ESPECIALISTA em Piscicultura	Na sede
36	Roosevelt Passos Barbosa	10/04/2003	Bacharel em Engenharia de Pesca	ESPECIALISTA / Planejamento e Gerenciamento de Águas	Serviço Provisório
37	Rubio Thalles Andrade de Moura	10/10/2011	Licenciatura em Física	ESPECIALISTA em Educação Ambiental	Na sede
38	Sarah Ragonha de Oliveira	07/12/2009	Bacharel em Zootecnia	MESTRE em Ciências Biológicas / Biologia de Água Doce e Pesca Interior	Na sede
39	Suzana Brito de Oliveira	12/01/2007	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA / Gestão da Educação	Serviço Provisório

40	Tarcísio Luiz Leão e Souza	22/03/2004	Licenciatura em Matemática	MESTRE em Educação Matemática/ Educação Matemática	Cursando Doutorado
41	Wuathiney Cruz Ferreira	27/03/2013	Licenciatura em Educação Física	Licenciado em Educação Física	Na sede
42	Vinícius Retamoso Mayer	04/12/2009	Licenciatura em História	MESTRE em História / História das Sociedades Ibéricas e Americanas	Na sede

5.2. Composição do quadro de docentes substitutos

Nº	NOME DO SERVIDOR(A)	FORMAÇÃO ACADÊMICA	SITUAÇÃO DO DOCENTE
1	Ademir Basílio Manuel	Licenciatura em Física	Em exercício
2	Elenisse Camacho M Torres	Licenciatura em Letras	Em exercício
3	Graziele Azevedo	Licenciatura em Ciências Biológicas	Em exercício
4	Maria Rosineide Gama Feitosa	Bacharelado em Enfermagem	Em exercício
5	Marise Gonçalves Costa	Licenciatura em Pedagogia	Em exercício
6	Rosemir Mateus Gabriel	Licenciatura em Matemática	Em exercício

5.3. Situação atual do quadro docente

Nr	RESUMO DO QUADRO DOCENTE	Quantidade
I	Docente em situação de Cooperação Técnica	01
II	Docente afastado para capacitação ao nível de Doutorado	03
III	Docente afastado para capacitação ao nível de Mestrado	03
IV	De Licença para acompanhar familiar doente	01
V	Docente em situação de Serviço Provisório	10
VI	Docente em situação de Remoção Temporária	02
VII	Docente em efetivo serviço no Campus	22
VIII	Total de docentes do quadro efetivo	42
IX	Total de docentes substitutos	6
X	Docente colaborador (4h/semana)	1
	Total de docentes em atividade no Campus em 2014 (VII+IX+X)	29

5.4. Composição do Quadro Técnico Administrativo

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Data de efetivo exercício	Formação Acadêmica	C.H	Titulação Máxima / Área do Conhecimento	SITUAÇÃO DO TAE
01	Alessandra Gonçalves de Freitas	23/12/2009	Licenciatura em Matemática	40	LICENCIADA/Matemática	Na sede
02	Alessandro Marcondes Albuquerque	09/09/2009	Bacharelado em Ciências Políticas	40	BACHAREL/Ciências Políticas	Na sede
03	Ana Raquel Marinho Correia	14/12/2009	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	ESPECIALISTA /Redes de Computadores	Na sede

04	Anacleto Barbosa Garrido	01/02/1995	Bacharelado em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	Remoção Temporária/Saúde Familiar
05	Arcângelo de Jesus Marinho Castilho	01/02/1995	Licenciatura em Matemática	40	ESPECIALISTA / Projea	Na sede
06	Carlos Antônio de Lima e Silva	01/02/1995	Licenciatura em Matemática	40	ESPECIALISTA / Projea	Na sede
07	Claudecir da Silva Barreto	15/02/1995	Licenciatura e Bach. em Educação Física	40	LICENCIADO/Educação Física	Na sede
08	Cornélia Josefina Fernandes Barros	28/07/1997	Licenciatura em Geografia	40	ESPECIALISTA / Turismo e Gestão Territorial	Na sede
09	Domingos Sávio Brito Fonseca	01/02/1995	Curso Normal Superior	40	ESPECIALISTA / Projea	Na sede
10	Edilson Marcondes Marcelino	01/02/1995	Tecnologia em Engenharia de Pesca	40	TECNÓLOGO/Engenharia de Pesca	Na sede
11	Efrain dos Santos Pereira	01/02/1995	Licenciatura em Letras	40	LICENCIADO/Letras	Na sede
12	Elizete Fernanda Cardoso Batista	06/12/1996	Suplência em 2º Grau	40	Suplência em 2º Grau	Serviço Provisório
13	Francisco Iran Freire	01/02/1995	Medicina Veterinária	40	ESPECIALISTA / Antropologia da Saúde	Em processo de Aposentadoria
14	Gehhson de Oliveira Almeida	01/02/1995	Bacharelado em Administração	40	BACHAREL/Administração	Representante do IFAM/CSGC em Manaus
15	Inês Mendes de Lima	24/02/1995	Bacharelado em Administração	40	ESPECIALISTA /Gestão de Pess. no Serv. Público.	Na sede
16	Jacirene Maria Gadelha dos Anjos	31/10/1996	Bacharelado em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	Na sede
17	Jane Fernandes Monteiro	01/02/1995	Licenciatura Plena em Letras	40	ESPECIALISTA / Gestão de Pessoas no Setor Público	Na sede
18	Joaquim da Silva	04/04/2006	Ensino Médio	40	TÉCNICO / Informática	Na sede
19	Joaquim Garrido Otero	05/08/1996	Ensino Médio	40	Ensino Médio	Na sede
20	José Haroldo Cavalcante de Souza	14/01/2008	Bacharelado em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	Na sede
21	José Miguel de Moraes	02/10/1996	Ensino Fundamental	40	Ensino Fundamental	Na sede
22	Josélia de Jesus da Fonseca	02/12/2009	Bacharelado em Administração	40	ESPECIALISTA / Gestão Escolar	Serviço Provisório
23	Josenir Otéro Gonçalves	01/02/1995	Técnico em Enfermagem	40	TÉCNICO/Enfermagem	Na sede
24	Jucilene Firmo dos Santos	23/12/2009	Lic. Plena e Bach. em Educ.Física	40	LICENCIADO/Educação Física	Na sede
25	Kátia Silva Machado	01/02/1995	Tecnologia em Gestão Pública	40	ESPECIALISTA / Gestão de Pessoas	Na sede
26	Ladislau França da Silva	01/02/1995	Ensino Fundamental	40	Ensino Fundamental	Na sede
27	Loyane Malheiros Ferreira Soares	24/06/2010	Ensino Médio	40	TÉCNICO / Agropecuária	
28	Lygia Gottgroy Fraga Zigolis Filha de Oliveira	15/06/2010	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	MESTRE/em Ensino da Saúde e do Ambiente	Serviço Provisório
29	Márcia Aguiar França	01/02/1995	Técnico em Administração	40	TÉCNICO /Administração	Na sede

30	Marco Antônio Manso da Silva	01/02/1995	Lic. Plena p/ Graduação de Prof. da Parte Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau	40	LICENCIADO Agropecuária	Na sede
31	Maria Teresa Azevedo Gama	05/05/1996	Licenciatura Plena em Normal Superior	40	ESPECIALISTA / Proeja	Serviço Provisório
32	Maria Zelinda de Souza Lima	14/12/2009	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	ESPECIALISTA / Psicopedagogia	Na sede
33	Nairson Brazão Queiroz	15/12/2009	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	TECNÓLOGO/ em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Na sede
34	Nilo Felipe Berberich	15/12/2009	Licenciatura Plena em Letras	40	MESTRE/em Língua e Literatura Italiana	Remoção Temporária
35	Nisael de Oliveira Kaufman	22/10/2010	Licenciatura Plena em Pedagogia.	40	ESPECIALISTA / Gestão e Org. da Escola	Na sede
36	Osmar Renato Rodrigues Netto	01/02/1995	Bacharelado em Ciências Políticas	40	BACHAREL/Ciências Políticas	Serviço Provisório
37	Patrícia Alves Leite	07/10/2009	Ensino Médio	40	Ensino Médio	Na sede
38	Paula Gonçalves de Andrade	07/01/2009	Bacharel em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Proeja	Na sede
39	Pedro Alves de Souza Filho	01/02/1995	Técnico em Agropecuária	40	TÉCNICO/ Agropecuária	Serviço Provisório
40	Petronilda Matos de Lima	01/02/1995	Ensino Fundamental	40	Ensino Fundamental	Na sede
41	Rafael Damásio Luciano	01/02/1995	Técnico em Enfermagem	40	TÉCNICO/Enfermagem	Na sede
42	Renné Lira da Silva Carraro	01/02/1995	Licenciatura Plena em Filosofia	40	LICENCIADA/Filosofia	Serviço Provisório
43	Roselinda Lima Barreto	06/10/2009	Licenciatura Plena em Matemática	40	ESPECIALISTA /Didática do Ensino Superior	Na sede
44	Ruy Alberto Melgueiro	05/01/2010	Licenciatura Plena em Filosofia	40	ESPECIALISTA / em Turismo e Gestão Territorial	Na sede
45	Salette Rodrigues Gomes	01/02/1995	Técnico em Administração	40	TÉCNICO/Administração	Na sede
46	Sandoval Garrido da Silva	01/02/1995	Licenciatura Plena em Normal Superior	40	LICENCIADO/Normal Superior	Na sede
47	Sávio Melgueiro de Oliveira	01/02/1995	Tecnologia em Gestão Pública	40	TECNÓLOGO/Gestão Pública	Na sede
48	Sebastiana dos Reis Brazão	01/02/1995	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	ESPECIALISTA /Gestão Pública	Em processo de Aposentadoria
49	Simplicio Galvão da Silva	05/08/1996	Técnico em Enfermagem	40	TÉCNICO/Enfermagem	Na sede
50	Soila França Gonçalves	01/02/1995	Licenciatura Plena em Letras	40	ESPECIALISTA /Supervisão Escolar	Serviço Provisório
51	Tiago Francisco Andrade Diocesano	16/09/2009	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	TECNÓLOGO/ Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Na sede
52	Zonaide Sandoval Vasconcelos	16/12/2009	Técnico em Contabilidade	40	TÉCNICO/ Contabilidade	Na sede

5.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente

TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO			2014	2015 (40h)	2016 (40h)	2017 (40h)	2018 (40h)
	*20h	*40h	*DE					
Graduado	2	4	4	23	0	0	0	2
Especialista	0	0	9	0	0	0	7	0
Mestre	0	0	8	0	0	0	0	0
Doutor	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	2	4	22	23	0	0	7	2

Legenda: em 2014 há 22 docentes do quadro efetivo; espera-se mais 23 do concurso, em 2017 espera-se mais 7 e 2018 mais 2 de maneira que em 2018 tenhamos 60 docentes.

*20h – Tempo parcial;

*40h – Tempo integral;

*DE – Regime de trabalho Dedicção Exclusiva.

5.6. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico Administrativo

Nível/Classe	Regime de trabalho	2014	2015	2016	2017	2018
Classe C – NI	40 h/semanal	2	-	-	2	-
Classe D – NI	40 h/semanal	16	-	-	12	-
Classe E – NS	40 h/semanal	10	-	-	10	-
Total		28	-	-	24	-

5.7. Plano de carreira

CAPÍTULO II

[...]

Seção II

Da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação.

§ 2º O concurso público referido no caput poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

§ 3º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

CAPÍTULO III

[...]

DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

Seção II

Da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2º A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV - para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

§ 4º As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.

§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, e será objeto de regulamentação por ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6º Os cursos de mestrado e doutorado, para os fins previstos neste artigo, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Federal de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente.

~~Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação concorrerão a processo de aceleração da promoção:~~

Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013\)](#)

I - de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II - de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 1º de março de 2013 ou na data de publicação desta Lei, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

CAPÍTULO V
DO REGIME DE TRABALHO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE
MAGISTÉRIO FEDERAL

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

5.7. Critérios de seleção e contratação

Seleção – Art. 10 da Lei supra

Contratação – Art. 20 da Lei supra

5.8. Procedimentos para substituição

Para atender a necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745 de 09/12/93, possibilita a contratação de professores substitutos, cujo contrato é por tempo determinado não excedente a 2 anos. A seleção pública é realizada através de Processo Seletivo Simplificado, constituído de prova de desempenho didático e de provas de títulos.

A contratação de professor substituto visa suprir a falta de professor efetivo em razão de: vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

O número total de professores não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. Os candidatos que firmarem contrato com a Instituição Pública, não poderão ser contratados antes de decorridos 24 (vinte e quatro meses) do encerramento do último contrato.

6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

6.1. Perfil discente¹²

Para traçar o perfil dos estudantes foi realizada uma pesquisa junto à secretaria escolar do IFAM-CSGC, a partir de informações do questionário socioeconômico e cultural, preenchido pelos pais e responsáveis dos discentes no ato da matrícula.

Os resultados da última pesquisa, realizada na metade do primeiro semestre de 2010, mostram que os alunos do IFAM-CSGC reproduzem um retrato fiel das condições socioeconômicas e culturais na região do alto e médio rio negro. Constatou-se que quase 70% dos alunos são indígenas, sendo 21,5% pertencentes à etnia Tukano; 24,3% à etnia Baré; 2,8% à etnia Piratapuia; 7,48% à etnia Yanomami; 7,49% à etnia Tariana; 3,74% à etnia Dessana e 1,87% à etnia Wanana. Não indígenas somam 30%.

Ainda segundo dados da secretaria 23,14% dos alunos são oriundos de comunidades indígenas localizadas fora da sede do município. Estes alunos residem no instituto e contam com pouco ou nenhum apoio financeiro por parte de seus

¹² Pesquisa realizada pelo Professor Leonam Matos Correia Lima.

familiares. Dos 78,86% dos alunos oriundos da própria sede no município, constatou-se que 18,92% dos pais ou responsáveis encontram-se desempregados; 17,12% vivem na informalidade ou não possuem carteira de trabalho assinada, enquanto 5,41% encontram-se aposentados. Cerca de 38,71% das famílias em que os pais ou responsáveis encontram-se empregado, o rendimento não ultrapassa um salário mínimo por mês, e suas famílias são compostas por mais de seis pessoas. Mais de 90% dos alunos dependem do transporte escolar oferecido pelo IFAM, uma vez que o transporte público oferecido em São Gabriel da Cachoeira é insuficiente e irregular. Mais de 90% dos alunos não dominam qualquer língua estrangeira, e boa parte dos alunos indígenas oriundos de comunidades fora da área urbana de São Gabriel da Cachoeira têm dificuldades de se expressar e escrever em Português. Em pesquisa realizada pela Coordenação de Integração Escola-Comunidade, na metade do primeiro semestre de 2010, verificou-se que grande parte dos alunos só tem acesso ao computador conectado à Internet a partir dos computadores do IFAM. Quanto aos alunos indígenas a situação é ainda mais crítica, uma vez que são raras as comunidades indígenas que dispõe de acesso a este tipo de tecnologia. Quanto ao acesso à saúde, é possível afirmar que 100% dos alunos utilizam o serviço de saúde pública, disponibilizado pelo único hospital do município, o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, mantido pelo exército em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Diante deste contexto, a elaboração e a implementação de um Plano de Assistência Estudantil, orientado para questões mais amplas e para uma visão de longo prazo, torna-se algo de fundamental importância para que o Campus São Gabriel da Cachoeira, de fato, possa direcionar e integrar seus esforços para atender às principais demandas presentes e futuras de seus estudantes.

6.2. Atividades de apoio pedagógico¹³

I - Plantão de dúvidas e atendimento aos alunos fora do período;

II - Aulas dirigidas ao ENEM para as turmas das 3ª séries integradas;

III - Acompanhamento do desempenho dos discentes pela Coordenação de Gestão da Educação e Assuntos Didáticos Pedagógicos - CGEADP;

¹³ Autoria do Departamento de Desenvolvimento Educacional.

IV - Suporte permanente da Coordenação Geral de Produção e Extensão às aulas práticas no campo;

V - Aulas experimentais nos laboratórios de física, matemática e química.

VI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

6.3. Programas de apoio financeiro (bolsas)¹⁴

I - Benefício Alimentação, com repasse mensal do benefício financeiro de R\$ 150,00 para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II - Benefício Moradia, com repasse mensal de R\$ 170,00 aos estudantes que saíram diretamente de suas comunidades, municípios ou estados para matricular-se junto ao IFAM, após aprovação em processo seletivo específico e que não possuam familiares diretos (pai, mãe, irmão) ou responsáveis legais na cidade de São Gabriel da Cachoeira e que necessitem pagar aluguel para sua moradia;

III - Benefício Creche, com repasse mensal R\$ 170,00 de auxílio financeiro as mães-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças entre quatro meses e seis anos de idade. Esse auxílio visa minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes, que durante o horário de aula necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas e não possuem estrutura familiar para o cuidado dos seus filhos;

IV - Benefício Material Didático Pedagógico, com repasse direto no valor R\$ 90,00 ao estudante que comprovadamente não possua meios de custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático pedagógico e material escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM, não sendo contemplado neste benefício aquisição de livros didáticos em substituição aos que são fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE ou qualquer outro que se inclua na relação de custeio já financiado pelo Governo Federal;

V - Benefício Alojamento para os residentes: com repasse direto do valor R\$ 70,00 aos estudantes que comprovadamente está condicionado ao Regime da

¹⁴ Autoria da Coordenação Geral de Assistência ao Educando.

Residência Estudantil e necessita do custeio para despesas educacionais decorrentes da condição de internato em alojamento.

6.4. Estímulo à permanência

I - Oferta de merenda escolar para os alunos;

II - Transporte escolar;

III - Alojamento para alunos oriundos de comunidades indígenas fora da sede do município de São Gabriel da Cachoeira.

6.5. Organização Estudantil¹⁵

De acordo com a Resolução 28 nos Incisos II, III e IV do Art. 213, encontra-se prevista a possibilidade de organização como direito de os estudantes, que além de se organizarem, poderão também participar ativamente das ações e planejamentos do *Campus*.

Art. 213. Constituem direitos dos discentes:

II – organizar-se em associações para representação e intermediação de questões de interesse coletivo do segmento discente, como grêmios, cooperativa e outras, podendo delas participar como associados ou membros, bem como votar e ser votado para suas respectivas Diretorias, respeitando o princípio da livre adesão e legislação vigente;

III – participar da ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma deste Regulamento;

IV – apresentar sugestões aos setores competentes, que visem ao aprimoramento da Instituição e à melhoria da qualidade de ensino;

No ano de 2014, Todas as turmas dos Cursos Integrados, Subsequente e Proeja, tiveram seus Líderes eleitos na primeira quinzena do Ano Letivo.

A Eleição foi realizada sob a orientação da Coordenação Geral de Assistência ao Educando.

¹⁵ Autoria do Grupo Temático N° 6.

Quanto à organização do Grêmio Estudantil, encontra-se em andamento o processo de preparação para a eleição, que seguirá o seguinte cronograma:

Publicação da Portaria com a Comissão Responsável pela Eleição do Grêmio Estudantil.

1ª semana: Definição das regras da Eleição e apresentação aos estudantes. (após a constituição da comissão).

2ª semana: Divulgação do Edital com Inscrição e da composição das chapas.

3ª semana: período campanha (apresentação do plano de ação), (sexta-feira) eleição, apuração e de divulgação do resultado.

4ª, 5ª e 6ª semanas: Disponibilização de material e treinamento da Equipe Eleita.

6.6. Ações de acompanhamento dos egressos

O acompanhamento dos egressos é realizado pela Coordenação de Extensão que dentre outras ações realiza levantamento junto às publicações de resultados de aprovados no ENEM e SISU. Encontra-se em fase de elaboração um projeto de nominado “Dia do Egresso”, que será realizado anualmente, preferencialmente no dia do aniversário de reinauguração do Campus São Gabriel da Cachoeira, que tem como objetivo servir de momento de socialização entre os egressos e a comunidade acadêmica.

7. INFRAESTRUTURA¹⁶

7.1. Relação de infraestrutura física

Dependências/Espaço Físico	Qtd. Salas
Direção Geral	1
Chefia de Gabinete da Direção Geral	1
Recepção/Telefonista	1
Departamento de Administração e Planejamento	1
Coordenação Geral de Administração e Finanças	2
Protocolo	1
Setor de Patrimônio	1
Setor de Contabilidade	1
Setor de Compras	1
Almoxarifado	1
Coordenação Geral de Recursos Humanos	2

¹⁶ Autoria do Departamento de Administração e Planejamento.

Coordenação de Serviços de Apoio/Setor de Transporte	1
Quadra Poliesportiva Coberta	1
Secretaria Escolar	1
Área de recreação, lazer e convivência/Sala de TV.	2
Biblioteca	1
Sala de Desenho	1
Sala de Aula	17
Auditório	1
Departamento de Desenvolvimento Educacional	1
Coordenação de Ensino Superior	1
Coordenação Geral de Ensino	1
Coordenação Geral de Produção e Extensão	1
Coordenação de Extensão	1
Setor de Estágio	1
Coordenação Geral de Assistência ao Educando	1
Coordenação de Gestão da Pesquisa	1
Setor de Tecnologia da Informação	1
Sala dos Professores	1
Quadra de Areia	1
Alojamentos para Estudantes	2
Lavanderia	2
Cozinha e Refeitório Escolar	1
Cantina Escolar	1
Banheiros	9
Setor de Mecanização	1
Setor de Aquicultura (tanques e barragem)	1
Pista de Skate	1
Setor de Suinocultura	1
Setor de Avicultura	1
Setor de Bovinocultura	1
Setores de Agricultura	3
Viveiro para Produção de Mudas	1
Estação Meteorológica	1
Carpintaria	1
Fábrica De Ração Animal	1
Agroindústria	1
Sala de Estudo	1
Laboratório	4
Sala de Reprografia – Não está em funcionamento.	1
Sala de Multimídia	1

7.2. Laboratório de química

Descrição dos equipamentos: evaporador rotativo (02), liofilizador, centrífuga, capela para exaustão, onduvímeter, banho de aquecimento, destilador de água (02), desumidificador de ar, estufa de esterilização e secagem (02), murfla digital, medidor de ph digital de bancada, balança analítica eletrônica, balança eletrônica de precisão, bomba a vácuo e ar comprimido, chuveiro para banho de emergência,

lavador automático de pipeta, medidor de oxigênio, medidor de condutividade, estufa com circulação de ar, destilador de gordura, fotômetro para teste de água, fotômetro de chama digital, bloco digestor de proteína, destilador de nitrogênio, refratrômetro de bancada, fotomicroscópio, geladeira (02), freezer vertical, banquetas, armários, vidraria, reagentes, computador (02), impressora, nobreak (02), notebook, mesas, cadeiras, projeto multimídia, retroprojeto (02), televisor (02).

7.3. Laboratório de biologia

Descrição dos equipamentos: microscópio binocular, 10 microscópios monocular, 10 estereoscópios binocular, unidade mestra para química geral, espectrofotômetro, 05 dessecadores completos, 05 paquímetros digitais, pinças metálicas, pinças anatômicas, prensa.

7.4. Laboratório de piscicultura

Possui os seguintes equipamentos, 4 (quatro) tanques para reprodutores com 500m² cada, 3 (três) tanques com 100m² cada para alevinos, 1 (um) galpão coberto com 900m², 12 (doze) incubadoras.

7.5. Laboratório de informática

O Campus possui 2 (dois) laboratórios de informática, sendo um laboratório no Centro Vocacional Tecnológico – CVT, com 30 computadores conectados à internet e um segundo laboratório no Bloco Pedagógico, com 40 computadores conectados à internet.

7.6. Sala de multimídia

Utilizada para exibição de filmes, a sala de multimídia possui capacidade para 40 alunos, está equipada com um projetor Datashow em suporte no teto, uma tela de projeção, uma TV de plasma de 52, quatro caixas de som, um armário de aço com prateleiras, e um leitor de DVD.

7.7. Cronograma de expansão da estrutura física¹⁷

Obra	2014	2015	2016	2017	2018
Construção da Cozinha Experimental de Processamento de Alimentos	X				
Construção da Piscina Semi-olímpica		X			
Construção da Palhoça: ambiente integrativo de servidores			X		
Construção do Horto Medicinal				X	
Construção Ginásio Poliesportivo					X
Construção do Prédio das Salas					X

7.8. Melhorias para a área de Tecnologia de Informação¹⁸

- Reforma na infraestrutura da rede de computadores incluindo aterramento;
- Implantação de um “Servidor de Arquivos” com controle de acesso a usuários tanto para os servidores desse Campus, quanto para os alunos;
- Implantação de um “Servidor de Impressão” para os servidores desse Campus;
- Criação de um laboratório de informática com acesso a internet para o curso Técnico em Informática;
- Criação de um laboratório de Hardware para o curso técnico de informática;
- Criação de um laboratório de Redes de Computadores para o curso técnico de informática;
- Troca do Nobreak atual que se encontra no STI para um de configuração superior;
- Alimentação de Energia pelo Gerador para o “Servidor de Internet” que se encontra no STI;
- Aumento da estrutura física e de recursos humanos do STI;
- Melhoria na infraestrutura do antigo laboratório de informática para uso nas aulas de todos os cursos;
- Aumento da quantidade de máquinas para acesso à internet na biblioteca;
- Aumento do alcance da rede sem fio para que todos os professores possam fazer a chamada e lançamento das aulas ministradas no sistema Q-acadêmico dentro da sala de aula.

¹⁷ Autoria da Direção Geral do IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira.

¹⁸ Autoria do Grupo Temático N° 7.

- Aumento do link de internet;
- Realização de Controle de banda da Internet;
- Ligação das switches que formam a rede de computadores, com fibra-ótica para evitar a perda de link.
- Mudança do Setor de Tecnologia da Informação para Coordenação da Tecnologia da Informação.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL¹⁹

Atendendo ao disposto na Lei n. 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o IFAM realiza processo de avaliação institucional por meio Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), sob a coordenação direta da Reitoria, e orientada pelas diretrizes da CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Elementos como articulação entre ensino, pesquisa e extensão e valorização da interdisciplinaridade são fundamentais para a condução da vida acadêmica. No entanto, a possibilidade do sistema se sustentar, realizando adaptações internas sempre que necessário só será efetivamente viabilizada se a instituição dispuser de uma sistemática de avaliação interna. A avaliação institucional estabelece, por meio da auto-avaliação, num processo de construção coletiva, o horizonte de superação de limites como dado interno ao sistema administrativo. Sem uma avaliação que explicita claramente os problemas e os méritos das ações institucionais, o processo de tomada de decisão apresenta maior risco e incerteza, comprometendo a

¹⁹ Autoria da Professora Sarah Ragonha de Oliveira.

eficiência e eficácia frente aos objetivos da Instituição. Com a sistematização da avaliação institucional, o IFAM-CSGC tem melhores condições de compreender e planejar seu universo de mudança.

Consciente da importância da avaliação, o IFAM-CSGC assume o compromisso de desenvolver o seu Programa de Avaliação Institucional Contínua – PAIC –, criando a Comissão Própria de Avaliação (CPA) a qual tem papel fundamental na condução do processo de avaliação e na prestação de contas dos resultados ao MEC e, sobretudo, à comunidade acadêmica.

8.1. Etapas do processo de Auto avaliação

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

8.1.1 Elaboração

Constituição da CPA: Em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei 10.861, de 14/04/2004, é constituída a Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos do Instituto Federal do Amazonas, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA é, portanto, o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da autoavaliação do IFAM. Possui autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. Na sua composição, a CPA conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) de cada campus e, também, da sociedade civil organizada, estando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. Os representantes são escolhidos entre pessoas capazes de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, no processo de escolha dos seus membros, são consultados os agentes participantes do processo.

Atualmente, os membros do campus São Gabriel da Cachoeira que compõe a CPA são:

- Professor Jocival Vasconcelos Reis

- TAE Ruy Alberto Melgueiro
- O discente Silverio Liberato
- O representante da entidade local – FOIRN – Juscelino Azevedo

Planejamento: A elaboração do projeto de avaliação/SINAES compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. No planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, serão consideradas todas as características da instituição e as particularidades da região na qual ela está inserida.

Sensibilização: A sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. A sensibilização estará presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

8.1.2 Desenvolvimento

Esta etapa consiste na concretização das atividades planejadas como, por exemplo:(a) realização de reuniões ou debates de sensibilização e sistematização de demandas/idéias/sugestões produzidas;(b) realização de seminários internos para apresentação da proposta e dos objetivos do trabalho;(c) divisão dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica; (d) construção de instrumentos para coleta de dados e definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;(e) definição de formato de relatório de autoavaliação; (f) elaboração de relatórios; e(g) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

8.1.3 Consolidação

Esta etapa será composta pela elaboração, divulgação e análise do relatório final e um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

8.2 Dimensões a serem avaliadas

Em conformidade ao disposto no art. 3º da Lei 10.861/04, serão objeto de avaliação as seguintes dimensões:

I – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Objetivo: Identificar a missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

Tópicos a serem avaliados:

1. Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.
2. Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
3. Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.
4. Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação e dados:

- Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da Instituição.

II – Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão.

Objetivo: Explicitar as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.

A. ENSINO

Tópicos a serem avaliados:

1. Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
2. Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
3. Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.
4. Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. PESQUISA

Tópicos a serem avaliados:

1. Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.
2. Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.
3. Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
4. Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.
5. Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

C. EXTENSÃO

Tópicos a serem avaliados:

1. Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
2. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
3. Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS GRADUAÇÃO

Tópicos a serem avaliados:

1. Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação, lato e stricto sensu.
2. Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.
3. Integração entre graduação e pós-graduação.
4. Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

III – Responsabilidade Social da Instituição

Objetivo: Explicitar o compromisso social da Instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade.

Tópicos a serem avaliados:

1. Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e dos impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.
2. Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.
3. Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

IV- Comunicação com a sociedade

Objetivo: Identificar as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida da acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

Tópicos a serem avaliados:

1. Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
2. Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

V – Políticas de pessoal

Objetivo: Explicitar as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho.

Tópicos a serem avaliados:

1. Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.
2. Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.
3. Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

A. DOCENTES

Documentação e dados:

- Nº de docentes em tempo integral, parcial e horistas.
- Nº de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.
- Experiência profissional no magistério superior.
- Experiência profissional fora do magistério superior.

- Formação didático-pedagógica.
- Número de publicações por docente.
- Critérios de ingresso na Instituição e de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Documentação e dados:

- Nº de funcionários técnico-administrativos.
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão.
- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na Instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

VI – Organização e gestão da Instituição

Objetivo: Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

Tópicos a serem avaliados:

1. Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.
2. Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
3. Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
4. Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
5. Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).
6. Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

VII – Infraestrutura física

Objetivo: Analisar a infraestrutura da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da Instituição;

Tópicos a serem avaliados:

1. Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, unidades de produção, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
2. Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.
3. Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

VIII – Planejamento e avaliação

Objetivo: Avaliar a integração entre o planejamento e a avaliação, elementos partícipes do processo de gestão da educação superior.

Tópicos a serem avaliados:

1. Adequação e efetividade do planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os objetivos dos cursos oferecidos.
2. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

IX – Políticas de atendimento ao estudante

Objetivo: Analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através do quais a Instituição busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

Tópicos a serem avaliados:

1. Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
2. Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional.
3. Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
4. Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.
5. Inserção profissional dos egressos.
6. Participação dos egressos na vida da Instituição.

X – Sustentabilidade financeira

Objetivo: Avaliar a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

Tópicos a serem avaliados:

1. Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
2. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

8.3 Periodicidade de avaliação

O processo de autoavaliação deve ser realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA. Na sua totalidade, a realização da autoavaliação, considerada todas as suas etapas, tem uma periodicidade de dois anos. A periodicidade da avaliação de cada dimensão é definida, mediante consultas aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, atendida a Lei 10.861/04, a Portaria MEC 2.051/04, os documentos Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais documentos internos, aprovados pelo colegiado superior.

A definição da periodicidade depende de cada dimensão avaliada. Alunos e professores, por exemplo, devem ser avaliados semestralmente. A periodicidade das demais dimensões depende sobremaneira das metas definidas para a avaliação. Anualmente, a CPA promove a avaliação da metodologia utilizada, como objetivo de aperfeiçoar o processo de autoavaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público.

9. ASPECTOS FINANCEIROS²⁰

9.1. Demonstrativo anual do planejamento econômico financeiro do campus

Dotada de autonomia administrativa e financeira e como uma autarquia federal, participa do orçamento fiscal e da seguridade da União que garante a sua manutenção e expansão dentro dos programas definidos pelo Governo Federal.

Interligada ao sistema SIAFI, sistema de controle e execução dos recursos orçamentários e financeiros, proporcionam transparência e segurança para a administração.

Nestes anos, com a boa aplicação dos recursos, esta Instituição vem otimizando expansão na área física, visando com isso atender as demandas.

Como grande parte dos recursos é proveniente da União, uma pequena parcela da arrecadação própria é oriunda de serviços prestados a comunidade, como aluguel de espaço físico e obedecem aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente a Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

O Campus também tem buscado, com sucesso, o apoio dos parlamentares das bancadas federais no sentido de garantir em seu orçamento recursos oriundos de emendas parlamentares, o que vem proporcionando a ampliação e modernização de sua infraestrutura.

Para atender o Campus em 2014, a proposta orçamentária foi definida como:

I - Ação 20 RL - Funcionamento das Instituições Federais. SUB-AÇÃO 2992. Valor R\$ 3.088.980,00

II - Ação 2994 (Assistência ao educando da Educação Profissional). Valor R\$199.394,00

III - Ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação). Valor R\$35.000,00

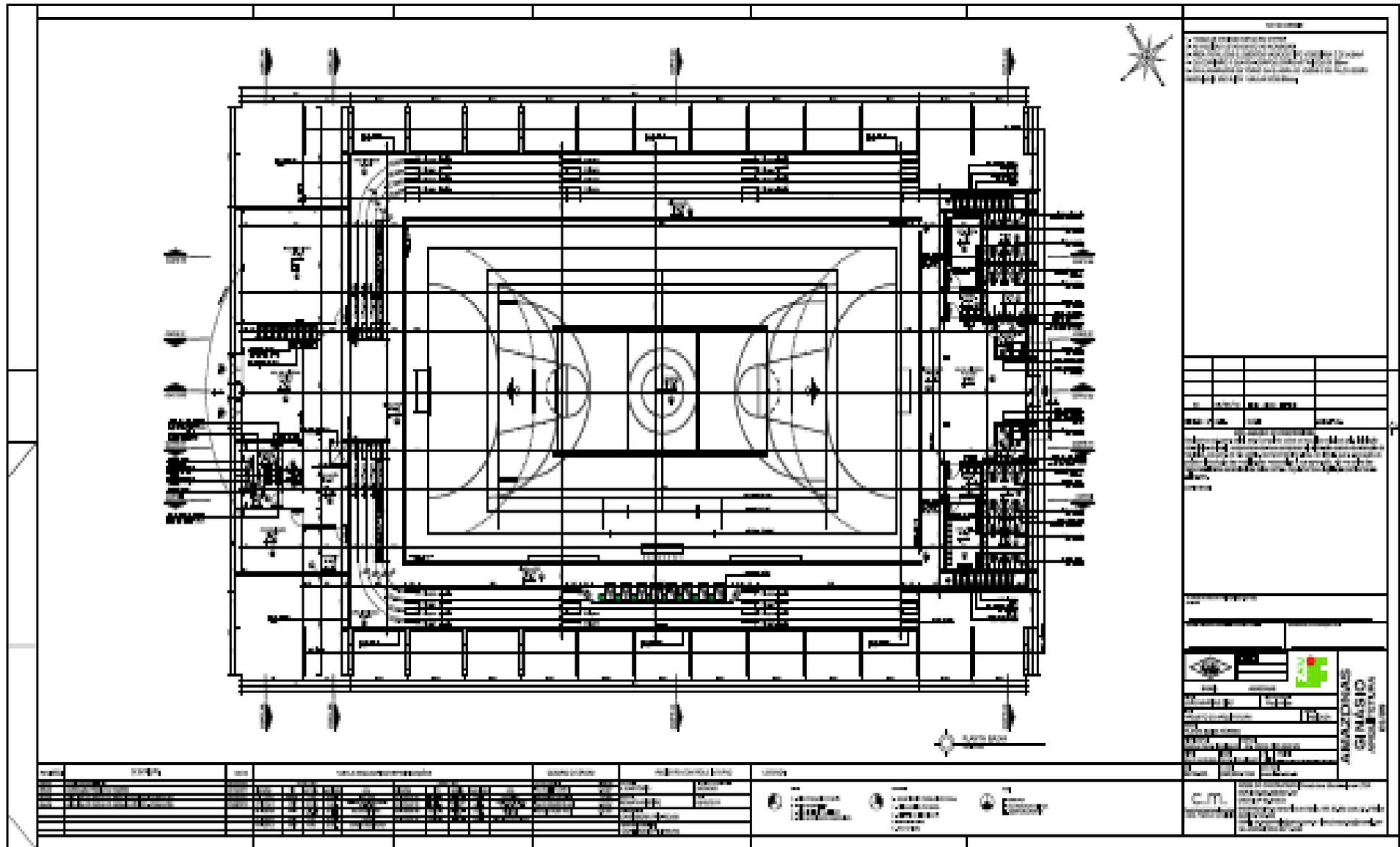
IV - Ação 6301 (Acervo bibliográfico). Valor R\$ 35.000,00

²⁰ Autoria do Departamento de Administração e Planejamento.

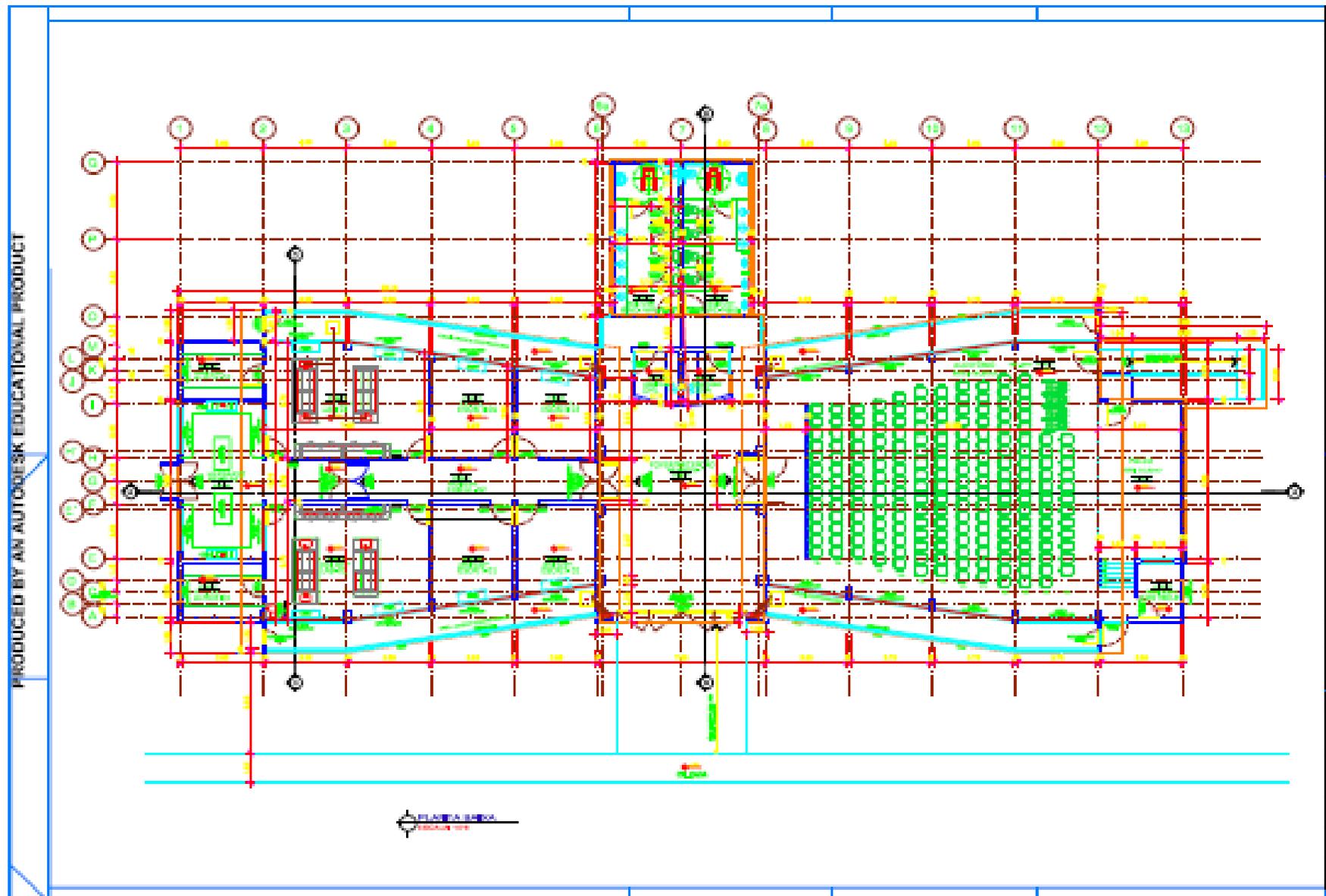
V - Ação 6358 (Capacitação de Recursos humanos da Educação profissional). Valor R\$ 35.000,00

PROGRAMA / AÇÃO	2014
Recursos Próprios	4.200,00
- Diárias(339014) Ação 20RL/4572/6358.	80.000,00
- Auxílio a estudante(33901800)Ação 2994	199.394,00
- Material de Consumo 339030 Ação 20 RL	430.703,00
Passagem aérea- 339033 Ação 20 RL4572/6358	80.000,00
- Pessoa Física 339036 Ação 2992	30.000,00
- Pessoa Jurídica 339039 Ação 2992, 4572, 6358	500.000,00
- Locação de mão de obra(339037)Ação 20 RL	1.377.277,00
- Obras 449051 Ação 20RL	100.000,00
Instalações Ação 20 RL	200.000,00
- Equipamentos de Processamento 449052 Ação 20RL	80.000,00
- Outros MP a definir 449052 AÇÃO 20 RL	210.000,00
- Acervo Bibliográfico ação 6301	35.000,00
- Instalações AÇÃO 20 RL	200.000,00
- Investimento em TI AÇÃO 20 RL	80.000,00
- Operações Intra orçamentária(339100) Ação 20 RL	21.000,00

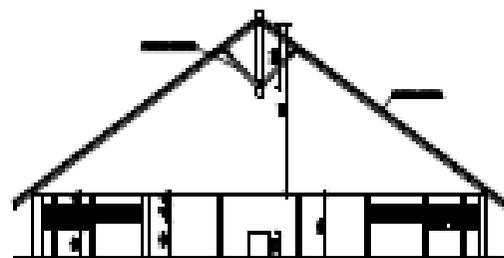
ANEXO 2 – GINÁSIO POLIESPORTIVO.



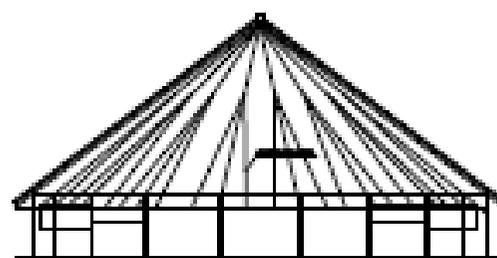
ANEXO 3 – HORTO MEDICINAL.



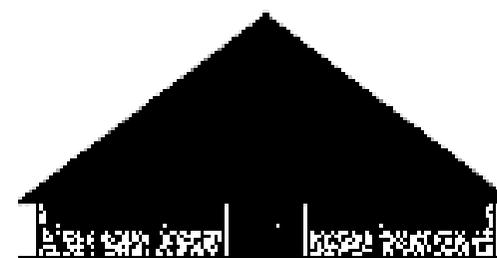
ANEXO 4 – PALHOÇA: AMBIENTE INTEGRATIVO DE SERVIDORES.



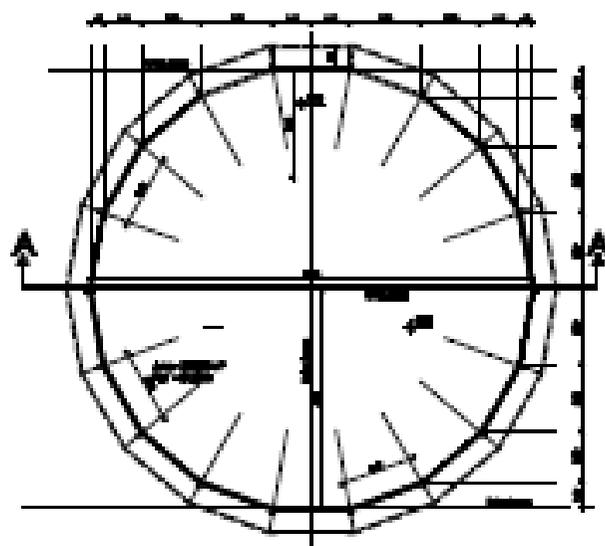
CORTA AA



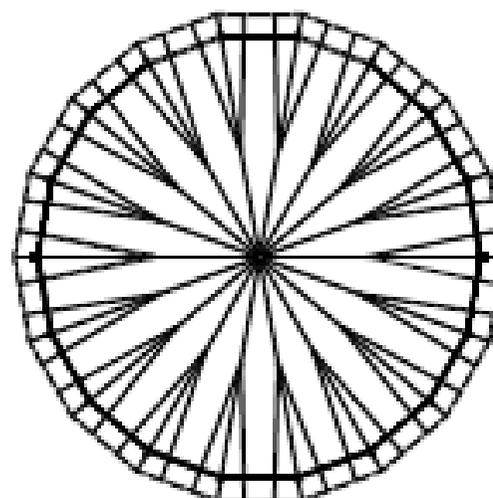
DETALHE DA
COBERTURA



VISTA FRONTAL



PLANTA BAIXA

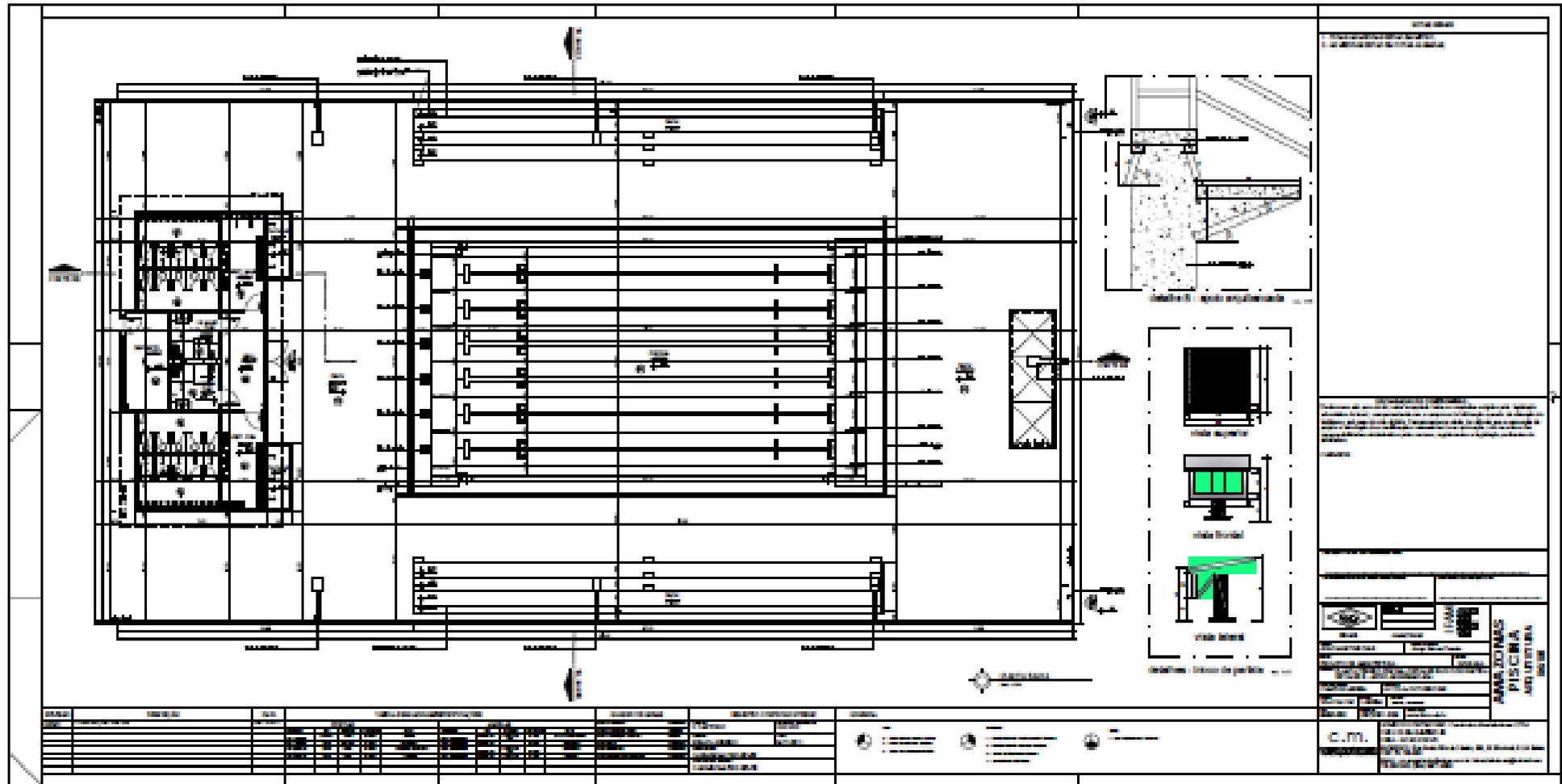


CORRELAÇÃO VISUAL COM A TELA

Obs:

Módulo principal = 8,02 x 8,14 x 18,00 m Cnt 18
Módulo secundário = 8,02 x 8,14 x 18,00 m Cnt 20
Módulo terciário = 8,02 x 8,14 x 8,00 m Cnt 18

ANEXO 5 – PISCINA SEMI-OLÍMPICA.



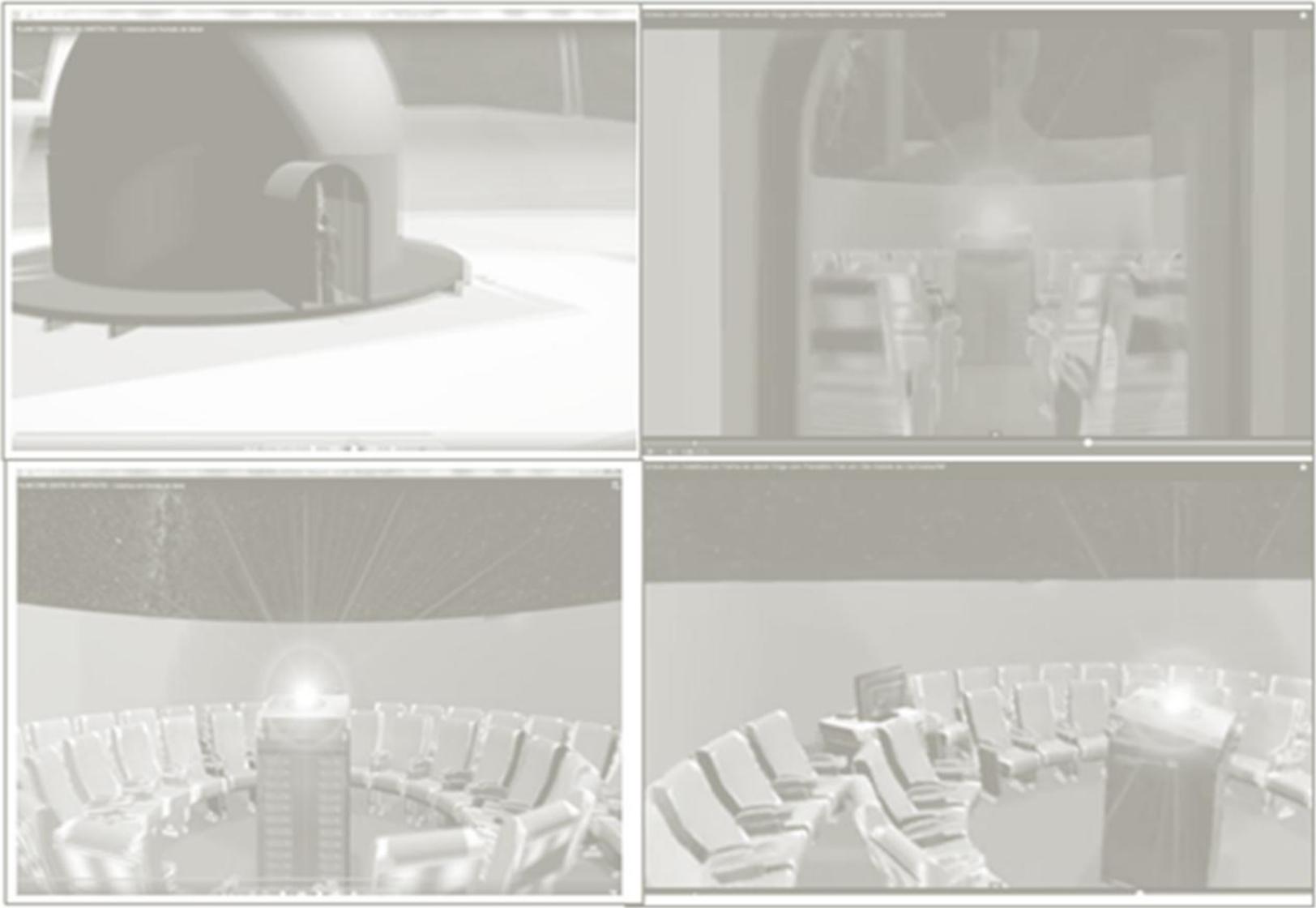
PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.

MEMORIA DESCRIPTIVA DEL PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.

ANEXO 5 PISCINA SEMIOLÍMPICA RECONSTRUCCIÓN	C.M. CONSULTORES EN INGENIERÍA Y ARQUITECTURA

NO.	DESCRIPCIÓN	FECHA	ELABORADO	REVISADO	APROBADO
1	PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.	15/05/2018	J. GARCÍA	M. GARCÍA	J. GARCÍA
2	MEMORIA DESCRIPTIVA DEL PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.	15/05/2018	J. GARCÍA	M. GARCÍA	J. GARCÍA
3	PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.	15/05/2018	J. GARCÍA	M. GARCÍA	J. GARCÍA
4	MEMORIA DESCRIPTIVA DEL PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.	15/05/2018	J. GARCÍA	M. GARCÍA	J. GARCÍA
5	PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.	15/05/2018	J. GARCÍA	M. GARCÍA	J. GARCÍA
6	MEMORIA DESCRIPTIVA DEL PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA.	15/05/2018	J. GARCÍA	M. GARCÍA	J. GARCÍA

ANEXO 6 – PLANETÁRIO INDIGENA.





Reitoria
Rua Ferreira Pena, 1109 - Centro
CEP: 69025-010 Manaus - Amazonas
www.ifam.edu.br